

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 56, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História do Câmpus de Porto Nacional.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 06 de dezembro de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História, Câmpus de Porto Nacional, em observância à Resolução Consepe nº 40, de 13 de abril de 2022, conforme dados do Processo nº 23101.009093/2022-19, e anexo desta Resolução.

Parágrafo único. A atualização descrita no *caput* deste artigo refere-se à Resolução Consepe nº 31/2018, aprovada em 29 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2022).

Anexo da Resolução nº 56/2022 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 06 de dezembro de 2022.

Palmas/TO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 56/2022 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2022).**

Palmas/TO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL.**

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	5
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	7
1.2 - A UFT no contexto regional e local	8
1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais	9
1.3.1 - Missão	9
1.3.2 - Visão	9
1.3.3 - Valores	9
1.4 - Estrutura Institucional	9
2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO	11
3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso	12
3.2 - Objetivos do curso	13
3.3 - Perfil Profissional do Egresso	13
3.4 - Estrutura Curricular	14
3.5 - Ementário	23
3.6 - Conteúdos curriculares	58
3.6.1 - Matriz formativa	59
3.6.2 - Flexibilização curricular	60
3.6.3 - Objetos de conhecimento	60
3.6.4 - Programas de formação	61
3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)	61
3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares	63
3.8 - Migração curricular	69
3.9 - Metodologia	69
3.9.1 - Inovação Pedagógica	70
3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais	71
3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas	71
3.9.4 - Tecnologias Sociais	72
3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente	72
3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	72
3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem	74
3.10 - Estágio Curricular Supervisionado	75
3.11 - Atividades complementares	76
3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	77
3.13 - Internacionalização	77
3.14 - Políticas de apoio aos discentes	77
3.15 - Políticas de extensão	78

3.16 - Políticas de pesquisa	78
3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade	79
3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	80
3.19 - Atividades docentes e/ou tutoria	81
3.20 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem	81
3.21 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	82
3.22 - Integração com as Redes Públicas de Ensino	84
4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL	85
4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)	85
4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores	86
4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso	86
5 - INFRAESTRUTURA	88
5.1 - Infraestrutura do câmpus	88
5.1.1 - Sala de Direção do câmpus	88
5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes	88
5.1.3 - Salas de aula	89
5.1.4 - Instalações Administrativas	89
5.1.5 - Estacionamento	89
5.1.6 - Acessibilidade	89
5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais	90
5.1.8 - Biblioteca	90
5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)	92
5.1.8.2 - Periódicos especializados	92
5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar	92
5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios	92
5.1.10 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	93
5.1.11 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	93
5.1.12 - Área de lazer e circulação	93
5.1.13 - Restaurante Universitário (se houver)	93
5.2 - Infraestrutura do curso	94
5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso	94
5.2.2 - Laboratórios específicos para o curso	94
5.2.3 - Coordenação de curso	94
5.2.4 - Bloco de salas de professores	95
6 - REFERÊNCIAS	95

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Informações do Curso	
Mantenedora	Ministério da Educação (MEC)
IES	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Credenciamento Inicial IES	Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2000. Criação da UFT. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, homologou o Estatuto da instituição.
CNPJ	05.149.726/0001-04
Administração Superior	Luís Eduardo Bovolato - Reitor, Marcelo Leineker Costa - Vice-Reitor; Eduardo José Cezari - Pró-Reitor de Graduação (Prograd); Raphael Sânzio Pimenta - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq); Maria Santana Ferreira dos Santos - Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex); Carlos Alberto Moreira de Araújo Junior - Pró-Reitor de Administração e Finanças (Proad); Eduardo Andrea Lemus Erasmo - Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (Proap); Kherlley Caxias Batista Barbosa - Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (Proest); Vânia Maria de Araújo Passos - Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep); Ary Henrique Moraes de Oliveira - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação Estrutura Institucional (Protic).
Câmpus	Porto Nacional
Direção do Câmpus	Etiene Fabbrin Pires Oliveira
Nome do Curso	Licenciatura em História
Diplomação	Licenciatura em História
Endereço de Funcionamento do Curso	Rua 03, Quadra 17, s/n.º, Jardim dos Ipês II
E-mail do curso	historiacpn@uft.edu.br
Telefone de contato do curso	(63) 3363-9405
Coordenador do Curso	Êça Pereira da Silva
Código e-MEC	17134
Autorização	Decreto n.º 91.365, de 24/06/1985 (Art. 35 Decreto n.º 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2, Decreto 6.303/07)

Reconhecimento	Portaria n.º 1.782, de 07/12/1992
Renovação do Reconhecimento	Portaria n.º 794, de 14/12/2016, publicada em 15/12/2016
Formas de Ingresso	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Processo Seletivo Complementar (PSC); Processo Seletivo por Análise Curricular (PSAC) e Extravestibular.
Área CNPq	Ciências Humanas
Modalidade	Educação Presencial
Tempo previsto para integralização (mínimo)	8 semestres
Tempo previsto para integralização (máximo)	12 semestres
Carga Horária	3210 horas
Turnos de Funcionamento	Matutino, Vespertino e Noturno.
N.º de Vagas Anuais	80
Conceito ENADE	2 (2021)
Conceito Preliminar do Curso	3 (2017)

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A UFT tem buscado, desde sua criação, se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua origem, busca, nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem. A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes metodologias de ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Desse modo, a UFT é instituída com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, articulados à formação integral do ser humano, via realização de uma gestão democrática, moderna e transparente e de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Desde o início, a UFT tem se preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; com a promoção de uma política de extensão pautada pela ação comunitária e pela assistência ao estudante; e com a integração ao sistema nacional e internacional de ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o fortalecimento institucional, bem como o próprio processo de democratização da sociedade.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura,

bacharelado e tecnólogo) e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que buscam formar profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Sendo assim, temos os seguintes objetivos para as práticas acadêmicas institucionais:

1. Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. Promover o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico da instituição;
6. Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;
7. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
8. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
9. Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais digitais;
10. Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias digitais para a construção e divulgação do conhecimento;
11. Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

Frente ao exposto, cumpre destacar o avanço da UFT nos processos de planejamento, avaliação e gestão, bem como das políticas acadêmico-administrativas, que em grande medida constituem o resultado da vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A UFT, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ingressou com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e estabeleceu outras providências em uma fase, marcada pela redução de recursos e por uma maior ênfase gerencial. Nesse sentido, um dos principais desafios à gestão superior volta-se para a adoção de um conjunto de ações com foco na manutenção da estrutura existente, no aprimoramento dos fluxos administrativos internos, na melhoria do atendimento ao público e no fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, notadamente aquelas direcionadas aos cursos de

graduação. Aspecto que faz com que as avaliações externas e internas desempenhem um papel ainda mais relevante, no sentido de evidenciar os entraves e aprimorar as políticas e ações de planejamento e gestão institucionais, com base na apropriação do conhecimento, no debate crítico e na construção coletiva.

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado, em julho de 2002, o Decreto de n.º 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n.º 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da UnB, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do MEC. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria n.º 2, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Unitins, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor

No ano de 2004, por meio da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior, por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003, para 137.457,21m² em 2020, quanto em número de alunos, aumentando de 7.981 para 17.634 em 2020.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 46 cursos de graduação, sendo 40 presenciais e 6 na modalidades EAD, 29 programas de mestrados, sendo 14 profissionais e 14 acadêmicos; e 6 doutorados sendo 1 profissional e 5 acadêmicos, além de vários cursos de especialização lato sensu presenciais, sendo pertencentes à comunidade acadêmica aproximadamente 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e a difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 - A UFT no contexto regional e local

A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central, e os câmpus de Gurupi e Arraias, na região sul do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a Sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.607.363 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2021), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14ª posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à região norte, com um valor de 0,699 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, móveis e madeiras e, ainda, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais

1.3.1 - Missão

Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

1.3.2 - Visão

Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.

1.3.3 - Valores

- * Respeito à vida e à diversidade.
- * Transparência.
- * Comprometimento com a qualidade e com as comunidades.
- * Inovação.
- * Desenvolvimento sustentável.
- * Equidade e justiça social.
- * Formação ético-política.

1.4 - Estrutura Institucional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integra esse conselho o Reitor, Pró-Reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI n.º 3/2004.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE n.º 1/2004.

3. Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

4. Pró-Reitorias: No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (Art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (Art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (Art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (Art. 24).

5. Conselho do Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (Art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

6. Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Art. 30 do Estatuto da UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

7. Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes, técnicos e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no Art. 37 do estatuto da UFT.

8. Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e programar a política de ensino e acompanhar sua execução (Art. 36). Suas atribuições estão previstas no Art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas cinco unidades universitárias denominadas de campi universitários ou câmpus. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Câmpus Universitários	
Câmpus Universitário de Arraias	Oferece os cursos de graduação em Matemática (licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Turismo Patrimonial e Socioambiental (tecnologia), Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (Licenciatura) e Direito (bacharelado).

Câmpus Universitário de Gurupi	Oferece os cursos de graduação em Agronomia (bacharelado), Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (bacharelado), Engenharia Florestal (bacharelado) e Química Ambiental (bacharelado).
Câmpus Universitário de Miracema	Oferece os cursos de graduação em Pedagogia (licenciatura), Educação Física (licenciatura), Serviço Social (bacharelado) e Psicologia (bacharelado).
Câmpus Universitário de Palmas	Oferece os cursos de graduação em Administração (bacharelado), Teatro (licenciatura), Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), Ciência da Computação (bacharelado), Ciências Contábeis (bacharelado), Ciências Econômicas (bacharelado), Jornalismo (bacharelado), Direito (bacharelado), Enfermagem (bacharelado), Engenharia Ambiental (bacharelado), Engenharia Civil (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Engenharia Elétrica (bacharelado), Filosofia (licenciatura), Medicina (bacharelado), Nutrição (bacharelado), Pedagogia (Licenciatura), Música - EAD (Licenciatura), Física - EAD (Licenciatura), Administração Pública - EAD (bacharelado), Matemática - EAD (licenciatura), Química - EAD (licenciatura), Biologia - EAD (licenciatura) e Computação - EAD (licenciatura).
Câmpus Universitário de Porto Nacional	Oferece os cursos de graduação em História (licenciatura), Geografia (licenciatura), Geografia (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Letras - Língua Inglesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Libras (licenciatura), Ciências Sociais (bacharelado) e Relações Internacionais (bacharelado).

2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO

O curso de licenciatura plena em História é oferecido pelo Câmpus Universitário de Porto Nacional desde 1985, pertencente inicialmente à Faculdade de Filosofia do Norte Goiano – FAFING e, posteriormente, à Universidade do Tocantins - UNITINS, sendo reconhecido pela Portaria MEC nº 1782 em 14/12/1992.

A partir do 2º semestre de 2001, ocorreu uma importante mudança na proposta

curricular do curso de História, passando do regime seriado/semestral para o regime de crédito/semestral, propiciando uma maior flexibilidade e fortalecendo o tripé da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com a implantação de novas disciplinas, bem como a sistematização de disciplinas voltadas ao trabalho de campo e a exigência do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Com a criação da UFT, o curso de História busca atualmente desenvolver-se a partir de diretrizes condizentes com os princípios dos demais cursos de História das instituições Federais de Ensino Superior – IFES – do país, invariavelmente normatizadas com as resoluções e pareceres do Ministério da Educação.

O principal objetivo do curso é a formação de profissionais capazes de dominar as linhas gerais do processo do conhecimento histórico em suas várias dimensões e interfaces. É atribuição do profissional o conhecimento das principais linhas teóricas que orientam as análises historiográficas e metodológicas da produção da escrita da História. Deve também esse profissional estar capacitado para realizar a articulação entre informações e as teorias de forma crítica, tanto na atividade docente, quanto na da pesquisa de caráter histórico.

O curso de História com habilitação em licenciatura plena estrutura-se na forma crédito/semestral, contando com oito períodos em seu total (04 anos), considerado o tempo mínimo para o aluno se graduar, e em doze períodos (06anos) o seu tempo máximo.

Partindo do pressuposto de que a universidade possui um compromisso com a sociedade, torna-se imprescindível instrumentalizá-la para que cumpra efetivamente seu papel social, em conformidade com o disposto no Capítulo IV, artigo 43, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo a qual cabe à Universidade “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, estimular a produção de tecnologia e a criação e difusão da cultura para que a sociedade possa desenvolver todo o seu potencial criativo e produtivo”.

A qualificação docente visa, de acordo com o Artigo 43, inciso VII da LDB, à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, o que somente docentes qualificados podem fornecer. Assim, torna-se necessário uma política de qualificação do corpo docente da universidade, ampliando o seu quadro de doutores, para a implantação e/ ou expansão de cursos de pós- graduação stricto sensu para atender às demandas regionais. A qualificação busca igualmente contribuir para se alcançar o objetivo de formar um (a) Licenciado (a) em História que saiba avaliar criticamente a própria prática e o contexto em que atua, interagindo cooperativamente com seus pares e com a sociedade a qual pertence. Um profissional com autonomia para tomar decisões e responder pelas opções feitas nas questões que envolvem o seu trabalho. Isto supõe um domínio pleno dos conceitos e paradigmas do conhecimento histórico e de suas práticas de produção e difusão.

3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso

O Curso de História de Porto Nacional, com habilitação em Licenciatura Plena estrutura-se na

forma crédito/ semestral, contando com oito períodos em seu total (04 anos), considerado o tempo mínimo para o aluno se graduar, e em 12 períodos (06 anos) o seu tempo máximo. A organização das disciplinas em sua estrutura curricular, suas atividades de ensino e pesquisa, bem como as de extensão, agora creditadas, almejam a formação de um egresso profissional com competência política e pedagógica comprometido com a educação básica pública e que atue na perspectiva da educação em mudança. Busca-se a formação de um egresso que apresente uma sólida formação para atividades de pesquisa, ensino extensão, e que esteja habilitado para contribuir na construção do conhecimento histórico e sua relação com o conhecimento escolar, com novas tecnologias e com as políticas ambientais.

O plano anual do curso, discutido e aprovado em reuniões colegiadas, traz como meta a promoção encontros, simpósios, palestras, mesas-redondas que apontem para a integração entre o conhecimento histórico, tecnológico e ambiental.

3.2 - Objetivos do curso

A nova estrutura implantada pelo curso tem como objetivo oferecer um tratamento integrado entre as teorias, conteúdos didáticas de ensino. As Práticas como Componentes Curriculares (PCC) indicadas na RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, para os cursos de licenciaturas, são compreendidas nessa nova estrutura como grande oportunidade de rever o equívoco que separa o conhecimento histórico específico das práticas de ensino e aprendizagem. As disciplinas de Práticas de Ensino de História, nesse sentido, traduzem-se em possibilidades de integrar aos conhecimentos específicos e aos modos de ensinar e pesquisar em sala de aula na educação básica.

3.3 - Perfil Profissional do Egresso

O curso pretende formar egressos capacitados a:

- * Lidar com o uso indiscriminado das mais diversas formas de fontes históricas; documentais, iconográficas, orais, reconhecendo o papel das distintas linguagens e os discursos dos diferentes segmentos sociais de que são produtos;

- * Distinguir com precisão os diversos conceitos históricos e utilizá-los de maneira a não distorcer a historicidade de determinada época histórica;

- * Interpretar textos de caráter historiográfico, sabendo distinguir as matrizes teóricas, metodológicas e ideológicas que os orientam;

- * Utilizar dados quantitativos e estatísticos relativos a uma dada realidade social, enquadrando-os aos contextos históricos mais gerais;

- * Distinguir a História enquanto disciplina das Ciências Humanas, a História enquanto o conjunto das experiências sociais do passado e do presente, a historiografia enquanto uma tentativa de interpretação do passado e a filosofia da História enquanto as oscilações sociais ao longo do tempo cronológico;

- * Observar o uso indistinto de diversas interpretações históricas sobre um mesmo objeto

histórico e saber distinguir os seus aspectos ideológicos;

- * Distinguir a utilização de recortes e abordagens historiográficas específicas para a interpretação de determinado objeto histórico, a saber: história social, história econômica, história política, história cultural;

- * Distinguir a existência de determinadas correntes historiográficas, que se orientam a partir de modelos teóricos distintos;

- * Situar as distintas formas de manifestações humanas ao longo do tempo cronológico; as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais;

- * Saber distinguir as épocas históricas em seus tempos sociais específicos e os seus ritmos de simultaneidade e/ou de transformações estruturais;

- * Relativizar as concepções temporais da História e as formas diversas de periodização do tempo cronológico, situando-as como construções conjecturais específicas;

- * Otimizar os valores da coletividade na constituição de processos históricos em determinada e distintas épocas históricas;

- * Reconhecer a existência de distintas culturas e de povos com concepções cosmológicas diferentes, não lhes atribuindo juízos de valores a partir de padrões culturais opostos, ou seja, respeito ao outro e utilização do conceito de alteridade.

- * Relacionar o conhecimento histórico ao mundo do trabalho.

- * Articular os conhecimentos históricos globais aos conhecimentos históricos regionais e locais.

3.4 - Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso de História de Porto Nacional é dividida por disciplinas e seus respectivos créditos, sendo 1 (um) crédito equivalente a 15 (quinze) horas-aula. Uma disciplina de 60 (sessenta) horas-aula equivale a 4 (quatro) créditos. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, o Curso de Licenciatura de História de Porto Nacional está organizado em disciplinas distribuídas em 03 (núcleos).

O Núcleo I Teoria e Metodologia da História compreende os estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. Tais estudos devem proporcionar aos discentes o acesso a um conjunto de conceitos, instrumentos e conteúdo específicos para o desenvolvimento, sistematização e divulgação da pesquisa histórica. O conjunto das disciplinas compreende os estudos que envolvem o trabalho e ofício do historiador, com enfoque na importância da teoria e do método histórico como bases constitutivas na construção do conhecimento histórico, e sua relação com as abordagens do ensino, conforme informações na matriz curricular. A estrutura curricular está dividida por núcleos.

O Núcleo II História Geral, do Brasil e da América aborda o aprofundamento e a diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos. As disciplinas desse núcleo buscam permitir aos discentes o acesso a conceitos, instrumentos e conteúdo específicos para a formação de um historiador. Considerando os últimos debates de historiadores que propõem reformulações dos currículos para os cursos de História a partir da crítica aos currículos que se fundamentam no quadripartite francês (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), formulados ainda na primeira metade do século XX, propõe-se uma estrutura para novo PPC de História de Porto Nacional que, mesmo sem fugir dos marcos cronológicos, consiga romper com a aplicação de termos que dizem respeito somente à História Europeia. Isso porque os conceitos como Antigo, Medieval, Moderno e Contemporâneo foram cunhados para e a partir das mudanças verificadas apenas na Europa, sendo portando, detentores de visões de mundo restrita a uma parte do mundo. A proposta de um currículo que privilegie os diferentes espaços (África, Ásia, América, Europa) sem a incidência de conceitos próprios das sociedades europeias, ainda que se mantenha a cronologia tradicional, permite estudar aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de diferentes continentes e possibilita perceber aspectos importantes das mudanças e permanências, rupturas e continuidades, conceitos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História. Nessa perspectiva, os conteúdos do currículo proposto pretendem se desvencilhar das perspectivas de antiguidade, de idade média, de modernidade e de contemporaneidade, que secundarizaram as histórias de outros continentes por um longo tempo.

As duas disciplinas optativas que constam na estrutura curricular possuem ementários livres, ou seja, as ementas serão elaboradas no momento de suas ofertas pelos docentes. Suas ementas devem corresponder às necessidades da formação do aluno, constituindo-se de títulos voltados para a natureza histórica e historiográfica do curso e ocupando-se de temas pertinentes a realidade social e política da comunidade acadêmica. Além dessas duas disciplinas, outras poderão ser ofertadas e cursadas concomitantes às demais ofertadas, sem prejuízo aos alunos. Podem ser ofertadas quantas disciplinas optativas o Colegiado do Curso considerar relevante, cabendo ao aluno escolher 2 ou mais que melhor atendam aos seus interesses.

Nos Seminários de Pesquisa I e II, deve-se levar em conta que nos cursos de História, no século XXI, não cabe mais a diferença entre o docente que leciona em sala de aula daquele que se ocupa da pesquisa, ou seja, entre professor e o historiador. Essa dicotomia, ainda muito comum nos cursos de licenciaturas e bacharelados, já está superada há anos. Desde a aprovação dos PCNs, em 1998, vigora a compreensão de que a docência não se consolida sem a pesquisa e a pesquisa não se faz sem o ato de ensinar. Dessa forma, todo professor é um pesquisador e todo pesquisador é um professor. É a partir dessa premissa que tais disciplinas foram organizadas neste PPC. Espera-se que elas se traduzam no aprimoramento de uma prática docente que integre a pesquisa e o ensino. É nessa perspectiva que, em Seminário de Pesquisa I, a turma terá a regência de um único professor e tratará das bases teóricas para a pesquisa em História, tendo como objetivo o debate envolvendo teorias, métodos e manuseios de fontes para a escrita na área. No Seminário de Pesquisa II, novamente sob a coordenação de um único professor os alunos apresentarão as pesquisas em andamento. Em consonância com os professores orientadores, os discentes realizarão os estudos dirigidos, nos quais desenvolverão os temas escolhidos para a pesquisa e aprimorarão a produção de textos históricos. O coordenador da disciplina convidará os demais professores do curso para apreciarem e emitirem pareceres sobre os projetos apresentados no seminário, qualificando assim a escrita dos trabalhos de conclusão de curso. Verificar a distribuição das disciplinas na matriz curricular.

O Núcleo III Disciplinas de Dimensão Pedagógica atende a formação pedagógica, pensada de forma conjunta com a formação específica, criando uma identidade entre as duas, formando profissionais licenciados para atuação no Ensino Básico (Fundamental II e Médio). As

disciplinas desse núcleo buscam proporcionar aos discentes o acesso a conceitos e instrumentos básicos para sua formação, bem como propiciar uma compreensão mais geral de diferentes áreas do conhecimento que dialogam direta ou indiretamente com a história. Busca possibilitar ao discente articular os conteúdos do curso à área da educação e, especialmente, ao processo ensino-aprendizagem. As disciplinas que compõem o Núcleo III estão inseridas na matriz curricular Segundo a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, em seu parágrafo segundo do artigo 13, o curso de licenciatura deverá garantir nos currículos, "[...] os conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas".

Algumas disciplinas foram pensadas de maneira interdisciplinar para garantir os conteúdos da resolução, tais como a disciplina de Libras, que busca oferecer uma formação mais completa para lidar com uma educação inclusiva. A disciplina de Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos Humanos, no quarto período, e Projeto de Ensino de História e Diversidade, no oitavo período, desenvolvem conteúdos de direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação serão abordados na disciplina Política, Gestão e Currículo, no quarto período.

As Práticas como Componentes Curriculares (PPC) estão inseridas nas disciplinas teóricas/metodológicas e históricas/historiográficas. Elas devem se traduzir em oferta de saberes que ampliem a formação do profissional em História, promovendo, de forma articulada, atividades de pesquisas, oficinas, minicursos, seminários, palestras, mesas redondas, entre outros, levando em consideração as experiências verificadas na Educação Básica. As PCC estão inseridas nas disciplinas e evidenciadas no quadro da matriz disciplinar do curso.

De acordo com a Resolução 02 de 2015, as práticas como componentes curriculares devem se traduzir em um diálogo entre a Teoria e a Prática, onde se estabelece a Práxis Docente. Isto significa que tais práticas devem articular Saberes Históricos, Saberes Culturais e Saberes Filosóficos, como pontos de conhecimento e intervenção na prática docente, de forma a proporcionar aos futuros professores, um conhecimento do Homem, de sua Cultura, de seus processos Históricos ao longo do Tempo, das diferenças entre o EU e o OUTRO, sabendo-se e percebendo-se diferente neste processo; isto garante, enfim, uma formação e uma prática docente através de uma proposta transformadora, cultural, social e histórica. CAETANO et al (2016, p. 9), aponta que práticas de ensino tem como objetivo articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, em favor de aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos. Dentre os procedimentos indicados aponta: "Observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e resolução de situações-problema; Observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação; Levantamento e análise de materiais e livros didáticos; Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola; Coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos alunos da escola básica; Estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados a: questões de ensino e de

aprendizagem; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; formação continuada de professores e de gestores da escola básica".

Estrutura Curricular - Cargas Horárias								
Período	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH extensão	CH estágio	CH PCC	CH total	Créditos
1	Antropologia	30	15	0	0	15	60	4
	Libras	60	0	0	0	0	60	4
	História da Educação Brasileira	60	0	0	0	0	60	4
	História da África (1000 a.C. até 1.200 d. C)	45	15	0	0	0	60	4
	Historiografia Geral	45	0	0	0	15	60	4
	sub - total:	240	30	0	0	30	300	20
2	Estágio Supervisionado em História I	45	0	0	75	0	120	8
	Historiografia Brasileira	45	0	0	0	15	60	4
	História da África (após 1.200 d.C)	30	15	0	0	15	60	4
	Teoria e Método da História I	45	30	0	0	15	90	6
	História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)	45	0	0	0	15	60	4
	sub - total:	210	45	0	75	60	390	26
3	Didática em História	45	15	0	0	0	60	4
	História da Europa (séc. V - XV)	45	0	0	0	15	60	4
	História Indígena	30	15	0	0	15	60	4
	ACE I - Projeto História e Artes	0	0	90	0	0	90	6
	Arqueologia	30	15	0	0	15	60	4
	Filosofia da Educação	60	0	0	0	0	60	4
	sub - total:	210	45	90	0	45	390	26
4	Teoria e Método da História II	45	30	0	0	15	90	6
	Sociologia da Educação	60	0	0	0	0	60	4
	Política, Gestão e Currículo	60	0	0	0	0	60	4
	História da América (até século XVII)	45	0	0	0	15	60	4
	Estágio Supervisionado em História II	45	0	0	75	0	120	8
	ACE II Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos	0	0	120	0	0	120	8
	sub - total:	255	30	120	75	30	510	34
5	Psicologia e Educação	45	0	0	0	15	60	4
	História do Brasil (até o séc. XVIII)	45	0	0	0	15	60	4

	História da América (séc. XVIII - XIX)	45	0	0	0	15	60	4
	História da Europa (séc. XV-XVIII)	45	0	0	0	15	60	4
	Optativa I	60	0	0	0	0	60	4
	sub - total:	240	0	0	0	60	300	20
6	História da América (pós séc. XIX)	45	0	0	0	15	60	4
	Estágio Supervisionado em História III	45	0	0	75	0	120	8
	Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História	30	15	0	0	15	60	4
	História do Brasil (séc. XIX)	45	0	0	0	15	60	4
	História da Europa (pós séc. XIX)	45	0	0	0	15	60	4
	sub - total:	210	15	0	75	60	360	24
7	ACE III Projetos de Tecnologias em História	0	0	120	0	0	120	8
	História da Ásia	45	0	0	0	15	60	4
	Seminário de Pesquisa I	30	45	0	0	30	105	7
	História do Tocantins	30	15	0	0	15	60	4
	História do Brasil (pós séc. XIX)	45	0	0	0	15	60	4
	sub - total:	150	60	120	0	75	405	27
8	Estágio Supervisionado em História IV	45	0	0	75	0	120	8
	Seminário de Pesquisa II	45	30	0	0	30	105	7
	Patrimônio Cultural e Documentação Histórica	30	15	0	0	15	60	4
	Optativa II	60	0	0	0	0	60	4
	sub - total:	180	45	0	75	45	345	23
Optativa	História, arte e imaginário	60	0	0	0	0	60	4
	História das Américas no contexto da Guerra Fria	60	0	0	0	0	60	4
	História, memória e educação no Tocantins	60	0	0	0	0	60	4
	História e Memória	30	15	0	15	0	60	4
	Religião e Sociedade na Amazônia	60	0	0	0	0	60	4
	História Ambiental	45	0	0	0	15	60	4
	TEMAS DE IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	60	0	0	0	0	60	4
	CINEMA E CULTURA MEDIEVAL	60	0	0	0	0	60	4
	sub - total:	435	15	0	15	15	480	32
Carga Horária Parcial:		1695	270	330	300	405	3000	200
	Atividades Complementares						210	14
Carga Horária Total:		1695	270	330	300	405	3210	214

Resumo de Cargas Horárias do Curso			
Categoria	Carga Horária Total	Créditos	Nº Disciplinas

Carga Horária da Matriz	3210	214	41
CH Teórica	1695	113	-
CH Prática	270	18	-
CH de Extensão	330	22	-
CH de Estágio	300	20	-
CH de Prática como Componente Curricular	405	27	-
CH de Atividades Complementares	210	14	-
TOTAL	3210	214	41

Estrutura Curricular - Pré-requisitos e Núcleos				
Período	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos	Núcleo Específico
1	6HIS5001	Antropologia		
	6HIS5005	Libras		
	6HIS5003	História da Educação Brasileira		
	6HIS5002	História da África (1000 a.C. até 1.200 d. C)		
	6HIS5004	Historiografia Geral		
2	6HIS5006	Estágio Supervisionado em História I		
	6HIS5009	Historiografia Brasileira		
	6HIS5007	História da África (após 1.200 d.C)		
	6HIS5010	Teoria e Método da História I		
	6HIS5008	História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)		
3	6HIS5013	Didática em História		
	6HIS5015	História da Europa (séc. V - XV)		
	6HIS5016	História Indígena		
	6HIS5011	ACE I - Projeto História e Artes		
	6HIS5012	Arqueologia		
	6HIS5014	Filosofia da Educação		
4	6HIS5022	Teoria e Método da História II		
	6HIS5021	Sociologia da Educação		
	6HIS5020	Política, Gestão e Currículo		
	6HIS5019	História da América (até século XVII)		
	6HIS5018	Estágio Supervisionado em História II	Estágio Supervisionado em História I	
	6HIS5017	ACE II Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos		
5	6HIS5027	Psicologia e Educação		
	6HIS5025	História do Brasil (até o séc. XVIII)		
	6HIS5023	História da América (séc. XVIII - XIX)		
	6HIS5024	História da Europa (séc. XV-XVIII)		

	6HIS5026	Optativa I		
6	6HIS5029	História da América (pós séc. XIX)		
	6HIS5028	Estágio Supervisionado em História III	Estágio Supervisionado em História I Estágio Supervisionado em História II	
	6HIS5032	Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História		
	6HIS5031	História do Brasil (séc. XIX)		
	6HIS5030	História da Europa (pós séc. XIX)		
7	6HIS5033	ACE III Projetos de Tecnologias em História		
	6HIS5034	História da Ásia		
	6HIS5037	Seminário de Pesquisa I	História da Educação Brasileira História da África (1000 a.C. até 1.200 d. C) Historiografia Geral Antropologia Libras Teoria e Método da História I História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C) Estágio Supervisionado em História I Historiografia Brasileira História da África (após 1.200 d.C) Arqueologia Filosofia da Educação Didática em História História da Europa (séc. V - XV) História Indígena Teoria e Método da História II Sociologia da Educação Política, Gestão e Currículo História da América (até século XVII) Estágio Supervisionado em História II ACE II Projeto de Ensino de História,	

			Cidadania e Direitos humanos História do Brasil (até o séc. XVIII) História da Europa (séc. XV-XVIII) Psicologia e Educação História da América (séc. XVIII - XIX) História do Brasil (séc. XIX) História da Europa (pós séc. XIX) História da América (pós séc. XIX) Estágio Supervisionado em História III Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História	
	6HIS5036	História do Tocantins		
	6HIS5035	História do Brasil (pós séc. XIX)		
8	6HIS5038	Estágio Supervisionado em História IV		
	6HIS5041	Seminário de Pesquisa II	Seminário de Pesquisa I	
	6HIS5040	Patrimônio Cultural e Documentação Histórica		
	6HIS5039	Optativa II		
Optativa	6HIS5046	História, arte e imaginário		
	6HIS5044	História das Américas no contexto da Guerra Fria		
	6HIS5047	História, memória e educação no Tocantins		
	6HIS5045	História e Memória		
	6HIS5048	Religião e Sociedade na Amazônia		
	6HIS5043	História Ambiental		
	6HIS5049	TEMAS DE IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA		
	6HIS5042	CINEMA E CULTURA MEDIEVAL		

Estrutura Curricular - Equivalências			
Período	Componente Curricular	Tipo de Equivalência	Equivalências
1	Antropologia - 60h	ED	Antropologia - (60/60h)
1	Libras - 60h	ED	Libras - (60/60h)
1	História da Educação Brasileira - 60h	ED	História da Educação Brasileira - (60/60h)

1	História da África (1000 a.C. até 1.200 d. C) - 60h	ED	História da África (1000 a.C - 1200 d.C) - (60/60h)
1	Historiografia Geral - 60h	ED	Historiografia Geral - (60/60h)
2	Estágio Supervisionado em História I - 120h	ED	Estágio Supervisionado em História I - (120/120h)
2	Historiografia Brasileira - 60h	ED	Historiografia Brasileira - (60/60h)
2	História da África (após 1.200 d.C) - 60h	ED	História da África (após 1200 d.C) - (60/60h)
2	Teoria e Método da História I - 90h	ED	Teoria e Método da História I - (90/90h)
2	História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C) - 60h	ED	História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C) - (60/60h)
3	Didática em História - 60h	ED	Didática em História - (60/60h)
3	História da Europa (séc. V - XV) - 60h	ED	História da Europa (séc. V - XV) - (60/60h)
3	História Indígena - 60h	ED	História Indígena - (60/60h)
3	Arqueologia - 60h	ED	Arqueologia - (60/60h)
3	Filosofia da Educação - 60h	ED	Filosofia da Educação - (60/60h)
4	Teoria e Método da História II - 90h	ED	Teoria e Método da História II - (90/90h)
4	Sociologia da Educação - 60h	ED	Sociologia da Educação - (60/60h)
4	Política, Gestão e Currículo - 60h	ED	Política, Gestão e Currículo - (60/60h)
4	História da América (até século XVII) - 60h	ED	História da América (até séc. XVI) - (60/60h)
4	Estágio Supervisionado em História II - 120h	ED	Estágio Supervisionado em História II - (120/120h)
5	Psicologia e Educação - 60h	ED	Psicologia e Educação - (60/60h)
5	História do Brasil (até o séc. XVIII) - 60h	ED	História do Brasil (até o sec. XVIII) - (60/60h)
5	História da América (séc. XVIII - XIX) - 60h	ED	História da América (séc. XVI - XIX) - (60/60h)
5	História da Europa (séc. XV-XVIII) - 60h	ED	História da Europa (séc. XV-XVIII) - (60/60h)
6	História da América (pós séc. XIX) - 60h	ED	História da América (pós séc. XIX) - (60/60h)
6	Estágio Supervisionado em História III - 120h	ED	Estágio Supervisionado em História III - (120/120h)
6	Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História - 60h	ED	Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História - (60/60h)
6	História do Brasil (séc. XIX) - 60h	ED	História do Brasil (séc. XIX) - (60/60h)
6	História da Europa (pós séc. XIX) - 60h	ED	História da Europa (pós séc. XIX) - (60/60h)

7	História da Ásia - 60h	ED	História da Ásia - (60/60h)
7	Seminário de Pesquisa I - 105h	ED	Seminário de Pesquisa I - (120/120h)
7	História do Tocantins - 60h	ED	História do Tocantins - (60/60h)
7	História do Brasil (pós séc. XIX) - 60h	ED	História do Brasil (pós séc. XIX) - (60/60h)
8	Estágio Supervisionado em História IV - 120h	ED	Estágio Supervisionado em História IV - (120/120h)
8	Seminário de Pesquisa II - 105h	ED	Seminário de Pesquisa II - (120/120h)
8	Patrimônio Cultural e Documentação Histórica - 60h	ED	Patrimônio Cultural e Documentação Histórica - (60/60h)
ED = Equivalência Direta			
EM = Equivalência Mista			

3.5 - Ementário

1º Período

Antropologia					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Concepção de Antropologia, seus objetos, temas de estudo, teorias e metodologias. Abordagens dos conceitos antropológicos fundamentais como cultura, etnocentrismo, relativismo, diversidade, multiculturalismo e interculturalismo na História. Relação entre Antropologia, História e Educação.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica: 1 - OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo . São Paulo: Ed. da UNESP, 2000. 2 - DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social . Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 3 - CUNHA, Manuela Carneiro da. história dos índios no Brasil . São Paulo: Companhia da Letras, 1992.					
Bibliografia Complementar: 1 - LAPLATINE, François. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2000. 2 - OLIVEIRA, João Pacheco de. Ensaio de Antropologia Histórica . Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.					

3 - CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009.

Libras					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Habilidades expressivas e receptivas em LIBRAS. Conhecimento da vivência comunicativa e aspectos sócio educacionais do indivíduo surdo.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica: 1 - ANDRADE, Lourdes. Fonoaudiologia: no sentido da linguagem . São Paulo: Cortez, 1994. 2 - PERLIN, G; SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998. 3 - KARNOPP, Lodenir becker; QUADROS, Ronice muller. Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos.. Porto Alegre: Artmed, 2004.					
Bibliografia Complementar: 1 - GOES, Maria cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação . Campinas: Autores Associados, 1999. 2 - GOLDFELD, Márcia. Criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista . São Paulo: Plexus Editora, 2002. 3 - LACERDA, Cristina b feita. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos . Cadernos cedes, 2000. Disponível em: https://www.scienceopen.com/document?vid=ddd7704d-5eb6-49ac-b821-b7cd0f2100d3 . Acesso em: 10 ago. 2022.					

História da Educação Brasileira					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					

Pesquisa em História da Educação no Brasil: objeto, fontes e abordagens. História da Educação Brasileira e suas interfaces historiográficas. Estado e formação do pensamento pedagógico brasileiro.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil: 1964 – 1985**. São Paulo: Cortez, 2000.

2 - LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **500 anos de educação no Brasil..** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

3 - ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930/1973**. Petrópolis: EDITORA VOZES, 2003.

Bibliografia Complementar:

1 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

2 - LUCHESE, Terciane Angela. **Modos de fazer História da Educação: Pensando a operação historiográfica em temas regionais**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/QYXgvgPRTCjP8cs7FZtz8bG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2022.

3 - RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 1998.

História da África (1000 a.C. até 1.200 d. C)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
A historiografia e da metodologia do estudo da História do continente africano. A África Negra na Antiguidade. A África subsaariana, as rotas comerciais e a expansão do Islã. A África antes do comércio Atlântico.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - APPIAH, Kwame. Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura . São Paulo: Contraponto, 1998.					
2 - DAVIDSON, Basil. Revelando a velha África . Lisboa: Prelo, 1977.					
3 - BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra . São Paulo: Perspectiva, 1974.					
Bibliografia Complementar:					

- 1 - BITTENCOURT, Marcelo. **Diferentes organizações políticas da África Negra**. Vitória - ES, 2004.
- 2 - CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1974.
- 3 - IBAZEBO, Isimeme. **A descoberta da África**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

Historiografia Geral					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
: História da historiografia: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia. Paradigmas e o processo de consolidação da História como ciência. Representações da historiografia na forma moderna e na pós-moderna. Procedimentos da escrita historiográfica. Produção historiográfica: debates e desafios contemporâneos.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica: <ol style="list-style-type: none"> 1 - CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000. 2 - HOBBSBAWM, E. J. Sobre História: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 3 - MALERBA, Jurandir. A história escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. 					
Bibliografia Complementar: <ol style="list-style-type: none"> 1 - GINZBURG, Carlo. Relações de força: história, retórica e prova. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. 2 - MALERBA, Jurandir. Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. Bauru: EDUSC, 2007. 3 - RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 4 - VEYNE, Paul. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. da UnB, 1998. 5 - REIS, José Carlos. A história, entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Atica, 1996. 					

2º Período

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	-	-	120	Obrigatória
Ementa					
Teorias sobre o Estágio Supervisionado em História. Observação da realidade administrativa e pedagógica de unidade de Ensino Fundamental e/ou Médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Estudos sobre escola e cultura escolar Observação de regências em turmas do Ensino Fundamental e/ou Médio da unidade cedente. Teorias sobre as observações realizadas na unidade cedente. Relatórios no Seminário de Estágio I.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - PICHONES, Scb. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado . São Paulo: Papirus, 1989.					
2 - LIMA, Maria socorro lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e Docência . São Paulo: Cortez, 2004.					
3 - PINSKY, Jaime. O ensino de história e a construção do fato . São Paulo: Contexto, 1988.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. Ensino de história: temáticas e metodologia . Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003.					
2 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2004.					
3 - FONSECA, Selva Guimaraes; FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História . Campinas: Papirus, 2003.					

Historiografia Brasileira					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Construção do pensamento historiográfico brasileiro no século XIX. Características e correntes historiográficas; a historiografia brasileira e a identidade nacional na primeira metade do século XX. A Historiografia brasileira na segunda metade do século XX. A historiografia recente e a produção acadêmica: características e perspectivas.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FREITAS, Marcos Cezar de. Historiografia Brasileira em Perspectiva . São Paulo: Contexto, 2005.					

2 - IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira..** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

3 - CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia..** Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000.

Bibliografia Complementar:

1 - LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea.** Petrópolis: EDITORA VOZES, 1981.

2 - MALERBA, Jurandir. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica.** Bauru: EDUSC, 2007.

3 - NEVES, Maria Lúcia. **Estudos de historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

História da África (após 1.200 d.C)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
A África antes do comércio Atlântico. O impacto do comércio Atlântico sobre a estrutura social africana. Escravidão e Diáspora Africana. A Conferência de Berlim. A partilha da África, as resistências africanas e os sistemas de colonização. O pós-colonialismo. O mundo africano contemporâneo. História e cultura afro-brasileira					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - APPIAH, Kwame. Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura. São Paulo: Contraponto, 1998.					
2 - KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Lisboa: Europa América, 1999.					
3 - DAVIDSON, Basil. Revelando a velha África. Lisboa: Prelo, 1977.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BHABA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.					
2 - IBAZEBO, Isimeme. A descoberta da África. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.					
3 - CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1974.					

Teoria e Método da História I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	30	15	-	90	Obrigatória
Ementa					
<p>Noções gerais sobre o conhecimento científico. O conceito de História e seus fundamentos teóricos-metodológicos. Desafios recorrentes do saber e do fazer histórico: veracidade, temporalidade e memória. Aspectos básicos das escolas de pensamento: Escola Metódica, Historicismo, Marxismo e Annales. Explicação e Narrativa Histórica. Introdução à produção de texto científico universitário: Apresentação, Objetivos, Justificativa, Desenvolvimento e Argumentação.</p>					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. 1ª ed. Baurú: Ed. EDUSC, 2006.</p> <p>2 - BLOCH, Marc. Apologia da História, ou O ofício do historiador. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2002.</p> <p>3 - REIS, José Carlos. A história, entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Atica, 1996.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - CARDOSO, Ciro Flamarion S. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000.</p> <p>2 - CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.</p> <p>3 - COLLINGWOOD, Robin George. A ideia de História. Lisboa: Editorial Presença, 2000.</p>					

História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
<p>A História e da historiografia acerca dos povos que habitaram as regiões do Oriente e Europa na Antiguidade. Sociedades organizadas e com sistemas de poder centralizados (Mesopotâmios, Egípcios, Hebreus, Gregos e Romanos).</p>					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BRAUDEL, Fernand. Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.</p>					

2 - DUBY, Georges. **História da vida privada 1.: Do Império Romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

3 - PUTMAN, James. **Antiguidade Egípcia: história, arte e cultura.** Lisboa: Estampa, 2000.

Bibliografia Complementar:

1 - BOWMAN, Alain; WOOLF, Greg. **Cultura escrita e poder no mundo Antigo.** São Paulo: Atica, 1998.

2 - CARDOSO, Ciro Flamarion S; CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Antiguidade Oriental: política e religião.** São Paulo: Contexto, 1990.

3 - COULANGES, Fustel de. **A cidade Antiga. estudo sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma.** São Paulo: Hemus Ed, 1975.

3º Período

Didática em História					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Pressupostos históricos e filosóficos do trabalho didático na escola moderna. Teorias e tendências pedagógicas: as tradicionais, as escolanovistas, as tecnicistas, as libertadoras, as histórico-críticas e as atuais. Organização do trabalho didático em História: os métodos de ensino, os objetivos e os conteúdos do ensino, o planejamento da aula e a avaliação escolar. A formação docente em História e a construção da identidade profissional do professor. O Plano de Ensino de História					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FONSECA, Selva Guimaraes; FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Papirus, 2003.					
2 - VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 2003.					
3 - ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ALVES, Gilberto Luiz. O trabalho didático na escola moderna: formas históricas.. Campinas: Autores Associados, 2005.					
2 - CHARLOT, Bernard. a relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2013.					

3 - LIBANEO, Jose Carlos. **Didática..** São Paulo: Cortez, 2013.

História da Europa (séc. V - XV)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Cristianismo, povos germânicos e a fragmentação do Império Romano do Ocidente. Bizâncio e a arte cristã. A expansão do islamismo na Península Ibérica. A Dinastia Carolíngia e a recuperação do ideal de Império. A Igreja e conflito entre o poder temporal e o espiritual. O sistema feudal e suas relações socioculturais. Comércio, cidade e burguesia. A formação do Estado-Nação. As universidades e a reorganização dos saberes. As crises socioeconômicas do século XIV. A renovação cultural do século XV					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - ARIES, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.					
2 - LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente Medieval.. Bauru: EDUSC, 2005.					
3 - BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.					
Bibliografia Complementar:					
1 - MARQUES, JOse. Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português. Porto, 1998. Disponível em: https://arquivo.cm-pontedelima.pt/pages/884?news_id=3266 . Acesso em: 11 ago. 2022.					
2 - PEDRERO-SANCHÉZ, Maria de guadalupe. História da Idade Média: textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.					
3 - ANGOLD, Michael. Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2002.					

História Indígena					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Abordagens, temáticas e as perspectivas teórico- metodológicas nas pesquisas sobre a					

História Indígena no Brasil. A historiografia atual sobre a História Indígena no Brasil e as inter-relações com outras áreas do conhecimento.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CUNHA, Manuela Carneiro da. **história dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

2 - GIRALDIN, Odair. **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. 1ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

3 - LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

Bibliografia Complementar:

1 - GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará.: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central**. Campinas: Ed da UNICAMP, 1997.

2 - FISCHMANN, Roseli; GRUPIONI, Luis; VIDAL, Lux. **Povos Indígenas e Tolerância..** São Paulo: EDUSP, 2001.

3 - SILVA, Cleube. **Confrontando Mundos.: Os povos indígenas Akwen e a conquista de Goiás (1749-1851)**. Palmas: Nagô, 2010.

ACE I - Projeto História e Artes

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	90	90	Obrigatória

Ementa

As diferentes linguagens artísticas como forma de manifestação humana ao longo do tempo. A sensibilidade para compreender as diversas linguagens artísticas e relacioná-las aos nossos sentidos. A relação entre a inserção histórica, geográfica e cultural e o desenvolvimento do gosto artístico. Ampliação do repertório cultural e artístico a partir do contato com a comunidade.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - KOGLIN, João Carlos de Oliveira; KOGLIN, Terena Souza da Silva. **A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658>. Acesso em: 16 ago. 2022.

2 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, UFT. **Resolução CONSEPE/UFT N° 14, de 08 de dezembro de 2020**. UFT, 2020. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/K1EFXYAwRce1nlAd59Tc7g/content/14-2020%20-%20Regulamento%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20Extens%C3%A3o%20PPC%20dos>

%20Cursos%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFT.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 - BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília - DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 26 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - FISCHER, Ernst. **A Necessidade da Arte.** 9ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Ed. Guanabara, 2002.

2 - GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário.: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII).** São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

3 - BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou O ofício do historiador..** 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2002.

Arqueologia					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
A abrangência da arqueologia em termos temporais e teóricos. Noções básicas sobre: cultura material, sítio arqueológico, registro arqueológico. Aspectos teórico- metodológicos da Arqueologia. Produção de conhecimento da Arqueologia e sociedade contemporânea. Arqueologia como fonte para A História das Américas antes de 1492. As origens do povoamento e os processos do desenvolvimento de sistemas culturais ao longo do tempo na América e no Brasil. As diferentes culturas destas regiões.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BICHO, Nuno Ferreira. Manual de arqueologia pré-histórica. Lisboa: Edições 70, 2006.					
2 - PROUS, André. Arqueologia brasileira. Brasília: Ed. da UnB, 1992.					
3 - MENESES, Ulpiano Bezerra. cultura material no estudo das sociedades antigas. São Paulo: Revista de História USP, 1983. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796 . Acesso em: 18 ago. 2022.					
Bibliografia Complementar:					
1 - FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil.. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.					

2 - CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade..** São Paulo: EDUSP, 1986.

3 - FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003.

Filosofia da Educação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Introdução ao pensamento filosófico. As concepções filosóficas da educação. O papel da filosofia na educação. Concepções de educação e sociedade. O processo de educação. Concepções de educação. Repensando a educação.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum a consciência filosófica.. Campinas: Autores Associados, 2004.					
2 - COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas.. São Paulo: Saraiva, 2003.					
3 - ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Ed. Moderna, 2006.					
Bibliografia Complementar:					
1 - GHIRALDELLI JR, Paulo. O que é filosofia da Educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.					
2 - LORIERI, Marcos Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.					
3 - SEVERINO, Antonio Joaquim. Perspectivas da filosofia da educação. São Paulo: Contexto, 2011.					

4º Período

Teoria e Método da História II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	30	15	-	90	Obrigatória
Ementa					
Os objetos, as fontes e os métodos da História. O pesquisador e a abordagem documental através de diferentes linguagens. O debate em torno dos discursos da/ sobre a História. As abordagens e perspectivas historiográficas mais recentes e os múltiplos campos da pesquisa. Técnicas de pesquisa e utilização das fontes. Prática de leitura e produção de textos em					

História. Produção do conhecimento em História e suas fontes.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BARROS, José D'Assunção. O campo da história.: Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>2 - GINZBURG, Carlo. Relações de força: história, retórica e prova. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.</p> <p>3 - LE GOFF, Jacques. História e Memória. 1ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. 1ª ed. Baurú: Ed. EDUSC, 2006.</p> <p>2 - BLOCH, Marc. Apologia da História, ou O ofício do historiador.. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2002.</p> <p>3 - CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios.. Bauru: EDUSC, 2005.</p>

Sociologia da Educação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Educação como objeto de análise sociológica. A função social da Instituição escolar. A educação como processo social reprodutor e emancipador. Educação e desenvolvimento socioeconômico. A dimensão sociológica e pedagógica das trajetórias escolares					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Manifesto comunista. Paris: Avante, 1848. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm. Acesso em: 11 ago. 2022.</p> <p>2 - DURKHEIM, Émile. educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.</p> <p>3 - WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Ed. UnB, 1999.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1999.</p>					

2 - LIEDKE FILHO, Enno D. **A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios..** Porto Alegre, 2005.

3 - MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

Política, Gestão e Currículo					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Estado e políticas de educação no Brasil. Dimensões e instrumentos da gestão da educação brasileira. Dispositivos legais e pedagógicos que envolvem o currículo na educação brasileira					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - AZEVEDO, Janete. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 1997.					
2 - Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 18 ago. 2022.					
3 - LIBANEO, Jose Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2001.					
Bibliografia Complementar:					
1 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 17 ago. 2022.					
2 - VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2006.					
3 - BRASIL, Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. 1. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/ . Acesso em: 14 ago. 2022.					

História da América (até século XVII)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
A trajetória dos povos ameríndios na América Antiga. As civilizações Mesoamérica e Andina. A Chegada dos Europeus e as guerras de Conquista. A					

Colonização na América Hispânica e a Formação Social, Econômica, Política e Cultural Mestiça. As formas de estruturação do poder e da administração na Colônia. A exploração do trabalho indígena e a escravidão negra na América espanhola. A conquista espiritual e seus limites na Colônia.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BETHELL, Leslie. **História da América Latina.: Vários Volumes.** São Paulo: EDUSP, 2012.
- 2 - CUNHA, Manuela Carneiro da. **história dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- 3 - TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BOXER, Charles. **A Igreja militante e a expansão ibérica, 1440-1770.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- 2 - FAVRE, Henri. **A civilização Inca.** Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 1992.
- 3 - GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário.: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII).** São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

Estágio Supervisionado em História II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	-	-	120	Obrigatória

Ementa

Teorias no campo do planejamento e regências em sala de aula. Regência em turmas de 6º. e 7º anos de unidade cedente do Ensino Fundamental da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Teorias sobre as regências realizadas em sala de aula. Relatórios de Estágio Supervisionado.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. **Ensino de história: temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003.
- 2 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.
- 3 - FONSECA, Selva Guimaraes. **Caminhos da história ensinada.. 1ª ed.** Campinas: Editora Papirus, 1993.

Bibliografia Complementar:

1 - FONSECA, Selva Guimaraes; FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.

2 - KARNAL, Leandro.(org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005.

3 - MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

ACE II Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	120	120	Obrigatória

Ementa

Diferentes dimensões da prática educativa relacionados aos Direitos Humanos. Desafios encontrados no contexto escolar relacionados aos Direitos Humanos. A formação continuada de professores e de gestores da escola básica no tocante aos direitos humanos e à Cidadania. Diferentes dimensões da prática educativa relacionados ao tema Direitos de Adolescentes e Jovens. Educação Ambiental e cidadania. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A formação continuada de professores e de gestores da escola básica no tocante ao tema. Atividades de pesquisas organização de oficinas, minicursos, seminários, palestras, mesas redondas, levando em consideração as experiências verificadas na Educação Básica quanto aos direitos humanos

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BITTENCOURT, José Luiz. **Dimensão política dos direitos humanos**. Goiânia: Oriente, 1979.

2 - LEAL, Rogerio Gesta. **Direitos humanos no Brasil**. Porto Alegre: Livraria Advogado, 1997.

3 - SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988..** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

Bibliografia Complementar:

1 - APPIAH, Kwame. **Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura**. São Paulo: Contraponto, 1998.

2 - CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

3 - SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica..** Campinas: Autores Associados, 2004.

4 - REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Atica, 1996.

5º Período

Psicologia e Educação					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Fundamentos epistemológicos e históricos da Psicologia da Educação. Concepções da psicologia sobre o desenvolvimento humano e a aprendizagem. Processos sociais e culturais no desenvolvimento humano e na aprendizagem. A relação professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BOCK, Ana Mercedes Bahia...[et al]. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 15ª. São Paulo: Edicao Saraiva, 2018.</p> <p>2 - CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens.. 1ª ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2004.</p> <p>3 - VIGOTSKI, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. 4ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - EDDINE, Eder Ahmad Charaf. Desenvolvimento e Aprendizagem em Manuais Didáticos da Psicologia Educacional: 9788581481722. 1ª ed. São Paulo: Paco Editorial, 2013.</p> <p>2 - KUPFER, Maria Cristina Machado. Freud e a educação: o mestre do impossível. 3ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 1989.</p> <p>3 - MOLON, Susana Inês. Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. 5ª Ed. São Paulo: EDITORA VOZES, 2014.</p> <p>4 - FELDMAN, Ruth Duskin; OLDS, Sally Wendkos; PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento humano. 10ª ed. São Paulo: Mc Graw- Hill Internacional do Brasil, 2005.</p> <p>5 - SALVADOR, Cesar Coll. Psicologia do Ensino. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>					

História do Brasil (até o séc. XVIII)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Principais vertentes historiográficas e conceituais sobre o Sistema Colonial e a Monarquia pluricontinental. Expansão ultramarina e a estruturação econômica, política, social e religiosa					

da Colônia Portuguesa na América. Processo de ocupação do território colonial e as múltiplas consequências nas relações de trabalho, poder e interação social. Participação do sujeito na construção da Colônia. Fontes documentais para o estudo Colonial no Brasil.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

2 - BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

3 - PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo..** 1ª ed. Brasília: Brasiliense, 2008.

Bibliografia Complementar:

1 - FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A civilização do açúcar. Séculos XVI ao XVIII..** 2ª ed. São Paulo: Ed. Alameda, 2017.

2 - HOLANDA, Sergio Buarque de. **A época colonial: do descobrimento à expansão territorial (coleção História da civilização brasileira).** 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

3 - PUNTONI, Pedro. **Guerras do Brasil (1504 -1654): ataques e invasões durante o Brasil colônia..** 1ª ed. Brasília: Brasiliense, 1992.

História da América (séc. XVIII - XIX)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Reformas Bourbonicas e Revoltas Coloniais mestiças na América Espanhola. Guerras de Independências na América Latina. Formação e consolidação dos Estados Nacionais Independentes. Historiografia e Fontes documentais sobre a América e seus usos científico e educacional.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BETHELL, Leslie. História da América Latina.. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.					
2 - DANTAS, Alexis T; LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. América: visões e versões : identidades em confronto. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.					
3 - DANTAS, Alexis T; LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. narrativas e histórias: a construção do Estado latinoamericano. 7 Letras, 2012.					

Bibliografia Complementar:

- 1 - ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- 2 - AYERBE, L. Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. 1ª ed. São Paulo: EdUNESP, 2002.
- 3 - DARATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 4 - CERRI, Luis Fernando. **Os jovens e a História: Brasil e América do Sul**. Ponta Grossa: UEPG, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zz46v>. Acesso em: 10 set. 2022.
- 5 - SCHUSTER, Sver. **La nación expuesta Cultura visual y procesos de formación de la nación en América Lartina**. Rosario: Editorial Universidad de Rosario, 2014. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/94bg9>. Acesso em: 10 set. 2022.

História da Europa (séc. XV-XVIII)

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória

Ementa

A constituição da Modernidade na Europa sob as perspectivas política, social, cultural, econômica e filosófica, desde fins do século XV até meados do século XVIII. O Absolutismo, o Renascimento, o Mercantilismo e as Reformas Religiosas nos séculos XVI e XVII e seus impactos políticos e sociais na formação dos Estados- Nacionais. O Racionalismo, o Liberalismo e o Iluminismo no contexto das Revoluções Burguesas no século XVIII. O desenvolvimento do Capitalismo e o cotidiano dos trabalhadores. As fontes documentais e a discussão historiográfica nos contextos científico e escolar.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, cultura e capitalismo: Séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- 2 - ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- 3 - FALCON, Francisco José Calazans; ROGRIGUES, Antônio Edmilson. **A formação do mundo moderno: A construção do ocidente dos séculos XIV ao XVIII**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 2 - HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa**

de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

3 - MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

4 - RUDÉ, George. **A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês.** Lisboa: Gradiva, 1988.

Optativa I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Informações dispostas no rol de componentes curriculares optativas					

6º Período

História da América (pós séc. XIX)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
A trajetória histórica dos países latino-americanos do declínio das Repúblicas Liberais, do início do século XX aos dias atuais e sua relação com o saber escolar. Fontes históricas documentais e a historiografia sob perspectivas. A Internacionalização da economia, as transformações sociais e o advento da sociedade de massas e o mundo do trabalho. O Autoritarismo e a Democracia no continente: Hegemonia estadunidense no hemisfério e tentativas de integração regional. A afirmação dos Estados Nacionais no século XX. A diversidade étnica cultural, as desigualdades sociais e práticas e representações culturais contemporâneas nas Américas.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BESSONE, Tania; QUEIROZ, Tereza. América Latina: imagens, imaginação e imaginário.. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.					
2 - BETHELL, Leslie. História da América Latina.. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.					
3 - AYERBE, L. Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.. 1ª ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BAILYN, Bernard. As Origens Ideológicas da Revolução Americana.. 1ª ed. Florianópolis: Ed. EDUSC, 2003.					

2 - BONFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

3 - CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. 1ª ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

4 - BRIGNOLI, Hector; CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Historia económica de América Latina**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

5 - CHASTEEN, John Charles. **América Latina: Uma historia de sangue de fogo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Estágio Supervisionado em História III

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	-	-	120	Obrigatória

Ementa

Teorias acerca do planejamento de regência em sala de aula. Regências em turmas de 8º. e 9º anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio da unidade cedente, da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Teorias sobre as regências realizadas. Relatórios de Estágio Supervisionado no Seminário de Estágio III.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - FONSECA, Selva Guimaraes; SILVA, Marcos. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido..** 1ª ed. São Paulo: Papirus, 2010.

2 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

3 - PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do Fato**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Bibliografia Complementar:

1 - GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. 1ª ed. Petrópolis: Mauad X, 2012.

2 - FONSECA, Selva Guimaraes. **Caminhos da história ensinada..** 1ª ed. Campinas: Editora Papirus, 1993.

3 - PICHONES, Scb. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. São Paulo: Papirus, 1989.

4 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico em sala de aula..** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
A História como disciplina escolar: fundamentos históricos e historiográficos. O Ensino de História a partir das novas linguagens e abordagens. O método histórico e o processo de ensino e aprendizagem. As fontes documentais e o Ensino de História.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica: 1 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. 2 - FONSECA, Selva Guimaraes. Caminhos da história ensinada.. 1ª ed. Campinas: Editora Papirus, 1993. 3 - PINSKY, Jaime. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.					
Bibliografia Complementar: 1 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O saber histórico em sala de aula.. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. 2 - FONSECA, Selva Guimaraes; FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Papirus, 2003. 3 - KARNAL, Leandro.(org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005. 4 - FONSECA, Selva Guimaraes; SILVA, Marcos. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido.. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 2010.					

História do Brasil (séc. XIX)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Produção historiográfica sobre o século XIX no Brasil. Formação do estado monárquico brasileiro. Características econômicas, políticas e sociais do Brasil no século XIX. O Imperialismo e a escravidão: o mundo do trabalho. Fontes documentais e possibilidades de ensino e de pesquisa em história sobre o Brasil oitocentista nas suas relações didáticas pedagógicas.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					

1 - CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial.** 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

2 - COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república:: momentos decisivos.** 9ª. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

3 - GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial. Vol I, II e III. (1831-1870).** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Bibliografia Complementar:

1 - CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril.: Cortiços e epidemias na corte imperial.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

2 - DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Alameda, 2009.

3 - LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos:: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

4 - MALERBA, Jurandir. **A independência brasileira: novas dimensões.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

5 - MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império: 1871-1889.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

História da Europa (pós séc. XIX)

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Debate historiográfico sobre os Movimentos Populares e Formação da Classe Operária: sindicalismos e socialismo. Nacionalismos e a Formação de Estados Nacionais. Guerras Mundiais: transformações sociais, políticas e econômicas. Totalitarismos e Imperialismo na conjuntura das relações de poder em dos movimentos operário, cultural e artístico.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** 1ª ed. Companhia das Letras, 2006.

2 - HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

3 - PERROT, Michelle. **História da Vida Privada:: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Bibliografia Complementar:

- 1 - HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 1ª ed. Petrópolis: Paz e Terra, 2006.
- 2 - TROTSKI, Leon. **A História da Revolução Russa**. 1ª ed. Brasília: Ed. Senado Federal, 2017.
- 3 - JUDT, Tony. **Pós-guerra: História da Europa Desde 1945**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições70, 2017.
- 4 - THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa..** 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

7º Período

ACE III Projetos de Tecnologias em História					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	120	120	Obrigatória
Ementa					
Os projetos de extensão devem articular a teoria e a prática e conectar os saberes acadêmicos, novas tecnologias e saberes populares. Compreendidos como trabalho curricular, transdisciplinar, interdisciplinar e multidisciplinar, os Projetos de Extensão têm por função produzir e sociabilizar conhecimentos e saberes, problematizando as transformações tecnológicas ao longo do tempo, dialogando com os diversos setores da sociedade, com inserção na realidade intra e extramuros da universidade, proporcionando ao corpo discente uma vivência que complemente sua formação.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, UFT. Resolução CONSEPE/UFT N° 14, de 08 de dezembro de 2020 . UFT, 2020. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/K1EFXYAwRce1nlAd59Tc7g/content/14-2020%20-%20Regulamento%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20Extens%C3%A3o%20PPC%20dos%20Cursos%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFT.pdf . Acesso em: 16 ago. 2022.					
2 - BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n° 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências . Brasília - DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 . Acesso em: 26 ago. 2022.					
3 - KOGLIN, João Carlos de Oliveira; KOGLIN, Terena Souza da Silva. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso . Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658 . Acesso em: 16 ago. 2022.					

Bibliografia Complementar:

1 - VALENTE, José Armando. **A comunicação e a educação baseada no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação**. Revista UNIFESO – Humanas e Sociais, 2014. Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/revistaunifesohumanasesociais/article/view/17>. Acesso em: 17 ago. 2022.

2 - BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos T; MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo - SP: Editora Papirus, 2010.

3 - ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; VALENTE, José Armando. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?**. São Paulo: Paulus, 2011.

História da Ásia

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória

Ementa

O Islamismo e a unificação do Império Árabe. O contato com os Europeus antes do século XV. O Extremo Oriente e o renascimento do comércio com a Europa. A presença europeia na Ásia e o Imperialismo. Os movimentos nacionalistas pós I Guerra Mundial. A Descolonização e a Revolução comunista na China. A Guerra Fria e seus desdobramentos na Ásia. Os Tigres asiáticos. O Oriente na contemporaneidade.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

1 - HOBBSBAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 1ª ed. Petrópolis: Paz e Terra, 2006.

2 - BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: Padrões da cultura japonesa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

3 - POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/wgsq8>. Acesso em: 10 set. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2005.

2 - DE FIORE, Ottaviano; RODRIGUES, Leoncio Martins. **Lenin: capitalismo de Estado e burocracia**. Rio de Janeiro: Centro edelstein, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/t6zhg>. Acesso em: 10 set. 2022.

3 - COGGIOLA, Osvaldo. **Islã histórico e Islamismo político**. São Paulo, 2007. Disponível em: https://icarabe.org/sites/default/files/pdfs/o_mundo_arabe_contemporaneo_-_aula_6_anexo_2.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

4 - SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. das

Letras, 1990.

5 - PERROY, Edouard. **História Geral das Civilizações: a Idade Média**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

Seminário de Pesquisa I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	45	30	0	105	Obrigatória
Ementa					
O professor pesquisador e o pesquisador professor. A prática docente integrada a pesquisa e do ensino. Projetos de pesquisa em História. Fontes, teorias e métodos em projetos de pesquisas.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método .. 1ª ed. Baurú: Ed. EDUSC, 2006.					
2 - VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. A pesquisa em história . 1ª ed. São Paulo: Atica, 2005.					
3 - PINSKY, Jaime. O ensino de História e a criação do Fato . 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História: fundamentos e métodos . 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.					
2 - GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas . 1ª ed. Petrópolis: Mauad X, 2012.					
3 - BARROS, José D'Assunção. O campo da história.: Especialidades e abordagens . 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.					
4 - LE GOFF, Jacques. História e Memória . 1ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002.					
5 - BLOCH, Marc. Apologia da História, ou O ofício do historiador .. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2002.					

História do Tocantins					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					

História do Tocantins a partir do contexto histórico do espaço e fronteira. Leitura, estudo, reflexão e análise historiográfica sobre a História do Tocantins. O trabalho e a pesquisa com fontes locais e regionais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Discurso Autonomista do Tocantins**. 1ª ed. Goiânia: Ed da UCG, 2003.

2 - PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. 1ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2003.

3 - GIRALDIN, Odair. **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. 1ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

Bibliografia Complementar:

1 - APOLINARIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial:: vivencias escravistas em Arraias (1739-1800)**. 1ª ed. Goiânia: Kelps, 2000.

2 - FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam:: o Rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil..** 1ª ed. Goiânia: Ed da UCG, 2009.

3 - GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz: uma província do sertão**. 1ª ed. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

4 - MESSIAS, Noeci Carvalho. **Porto Nacional: patrimônio cultural e memória**. 1ª ed. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

5 - OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Porto do sertão : cidades ribeirinhas do Rio Tocantins**. 1ª ed. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

História do Brasil (pós séc. XIX)					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Debate historiográfico e as transformações políticas, sociais, culturais e econômicas no Brasil pós século XIX e suas correlações com o saber escolar. Discussão sobre as consequências do processo de abolição da escravidão no Brasil e o fim do Império. Contextos e reflexos da formação da República e o controle político oligárquico. A sociedade, o trabalho e a democracia na República Oligárquica e no Estado Novo. Políticas exteriores do Brasil com a América Latina. Autoritarismo e o Golpe Civil Militar de 1964: Aspectos da estrutura política, consolidação do poder, supressão de direitos e a resistência ao regime. O processo de redemocratização, a luta pela democracia. A anistia e a abertura política, Diretas Já e a Constituinte de 1988.					
Bibliografia					

Bibliografia Básica:

1 - CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

2 - FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

3 - SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil:: República: da Belle Epoque a era do rádio.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Bibliografia Complementar:

1 - BASTOS, Pedro Paulo. **A era Vargas:: desenvolvimentismo, economia e sociedade..** 1ª ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012.

2 - DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve historia do Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

3 - FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 4ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

4 - DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

5 - GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira.** 1ª ed. Brasília: Brasiliense, 1981.

8º Período

Estágio Supervisionado em História IV					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	-	-	120	Obrigatória
Ementa					
Teorias acerca do planejamento e desenvolvimento de projetos. Ensino de História e Novas Abordagens em unidade cedente de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Reflexões teóricas sobre os projetos realizados. Relatórios de Estágio Supervisionado. Preparação de Memorial.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. Ensino de história: temáticas e metodologia.. 1ª ed. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003.					
2 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos.. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.					
3 - MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa:: do ensino fundamental ao					

ensino médio.. 1ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

Bibliografia Complementar:

1 - BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico em sala de aula..** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

2 - FONSECA, Selva Guimaraes. **Caminhos da história ensinada..** 1ª ed. Campinas: Editora Papirus, 1993.

3 - PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia..** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

4 - FONSECA, Selva Guimaraes. **Didática e prática de Ensino de História..** 1ª ed. Campinas: Editora Papirus, 1993.

Seminário de Pesquisa II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	30	30	-	105	Obrigatória
Ementa					
Atividades de pesquisas e escritas de artigos/ monografias orientadas.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BARROS, José D'Assunção. O campo da história. Especialidades e abordagens. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.					
2 - SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.					
3 - VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história:: Da escolha do tema ao quadro teórico.. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2013.					
2 - BARROS, José D'Assunção. As Hipóteses nas ciências humanas: aspectos metodológicos.. 1ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.					
3 - BLOCH, Marc. Apologia da História, ou O ofício do historiador.. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed, 2002.					
4 - GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.					

5 - ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. 1ª ed. Baurú: Ed. EDUSC, 2006.

Patrimônio Cultural e Documentação Histórica					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Patrimônio cultural: Arquivos, Acervos, Coleções e Museus. Documentação histórica como patrimônio cultural. Análise da cultura material na perspectiva da História.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica: 1 - CHOAY, Françoise. Alegoria do Patrimônio . 1ª ed. São Paulo: Estacao Liberdade, 2006. 2 - ABREU, Regina. Memória e patrimônio:: ensaios contemporâneos . 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 3 - SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória:: trajetórias e perspectivas.. 1ª ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.					
Bibliografia Complementar: 1 - LE GOFF, Jacques. História e Memória . 1ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002. 2 - CURY, Isabelle. Cartas patrimoniais . Rio de Janeiro: IPHAN ;, 2004. 3 - FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Turismo e patrimônio cultural . São Paulo: Contexto, 2005.					

Optativa II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Obrigatória
Informações dispostas no rol de componentes curriculares optativas					

Optativas

História, arte e imaginário					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Optativa
Ementa					

Estudo dos procedimentos históricos, antropológicos e filosóficos como elementos relevantes da criação artístico-cultural. Reflexão sobre os aspectos e o sentido de uma hermenêutica das imagens, dos símbolos e dos mitos no imaginário de uma sociedade, de uma época ou de um indivíduo.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - AUERBACH, Erich. **Mimesis: representação da realidade na literatura ocidental..** São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- 2 - ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- 3 - DURAND, Gilbert. **as estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral..** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

Bibliografia Complementar:

- 1 - CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio.** Companhia da Letras, 1990.
- 2 - BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- 3 - CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- 4 - DURAND, Gilbert. **O imaginário.** Rio de Janeiro: Difel, 1998.

História das Américas no contexto da Guerra Fria

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Optativa

Ementa

A disciplina aborda discussões historiográficas relacionados ao contexto das Américas durante o período da Guerra Fria, considerando as diversidades histórico-estruturais da região e as diferentes relações de poder estabelecidas no continente e no período em questão. Propõe-se, ainda, a análise do cenários regionais a partir de diferentes abordagens teóricas e conceituais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - AGUILLAR, Sérgio Luiz Cruz. **Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul.** Rio de Janeiro: Militares e Política, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33882>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- 2 - BOHOSLAVSKY, Ernesto. **Os Partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas.** Belo Horizonte: Vária História, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/7TcnqhSbS3s5Wf4FnTMXpVG/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- 3 - BOZZA, Juan Alberto. **La revista Cuadernos. Exportación y recepción del Anticomunismo en**

América Latina.. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-062/1241.pdf?view>. Acesso em: 19 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas..** São Paulo: Saraiva, 2007.

2 - HIRST, Monica Ellen Seabra. **América Latina – EUA em tempos de Guerra Fria..** São Paulo: Revista da USP, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13782>. Acesso em: 19 ago. 2022.

3 - KLEIN, Christina. **Cold War Orientalism: Asia in the Middlebrow imagination: 1945-1961..** Califórnia: University of California Press, 2003.

História, memória e educação no Tocantins					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Optativa
Ementa					
História e memória da educação. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. Introdução aos estudos históricos da educação no Tocantins. Instituições educativas no Tocantins. Pesquisa sobre a educação no Tocantins.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro; BALDINO, Maria José; BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. Educação no cerrado e na Amazônia: História, memória e cultura em diferentes espaços sociais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/02/Educacao-no-Cerrado-e-na-Amazonia.pdf . Acesso em: 19 ago. 2022.					
2 - BRETAS, Genesco. História da instrução pública em Goiás. Goiânia: Cegraf, 1991.					
3 - LE GOFF, Jacques. História e Memória. 1ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ALMEIDA, Vasni. História da Educação e método de aprendizagem em ensino de História. Palmas: EDUFT, 2018. Disponível em: https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1293/1/Hist%C3%B3ria%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20m%C3%A9todos%20de%20aprendizagem%20em%20ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20-%20Vasni%20de%20Almeida.pdf . Acesso em: 19 ago. 2022.					
2 - BARRA, V. M. L. Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930). Goiânia: Ed. da PUC GO, 2011.					

3 - DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: o Ginásio estadual de Porto Nacional**. Goiânia: UFG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1071>. Acesso em: 19 ago. 2022.

História e Memória					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	-	-	60	Optativa
Ementa					
Memória e História. Memória coletiva, memória social e memória individual. Relações entre memória, história e fontes orais. História do Tempo Presente.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica: 1 - AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral . 1ª. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 2 - HABWACKS, Maurice. A memória coletiva . 1ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008. 3 - LE GOFF, Jacques. História e memória . 1ª ed. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 2003.					
Bibliografia Complementar: 1 - THOMPSON, Paul. A voz do passado. História oral.. 1ª ed. Rio de Janeiro, 1992. 2 - BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembranças dos velhos . 1ª ed. São Paulo: Ed da UNICAMP, 2007. 3 - DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades.. 1ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 4 - MONTENEGRO, Antonio T. História oral e memória: a cultura popular revisitada.. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 1992. 5 - RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento.. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.					

Religião e Sociedade na Amazônia					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	0	60	Optativa
Ementa					

Identidades e resistências nas religiões afro-brasileiras. Política e sociabilidades protestantes na Amazônia. Festas e festividades religiosas no Tocantins. Impactos do evangelismo missionário e as populações indígenas. Práticas culturais e políticas de católicos e protestantes na Amazônia. Os pentecostalismos e as identidades religiosas entre as populações amazônicas.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- 2 - BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis: EDITORA VOZES, 2019.
- 3 - BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas..** São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

Bibliografia Complementar:

- 1 - CARREIRO, Gamaliel da Silva; FERRETI, Sérgio Figueiredo. **Missa, culto, tambor: os espaços das religiões no Brasil..** São Luiz: EDUFMA, 2012.
- 2 - CASTRO, Eduardo Viveiros. **O papel da religião no sistema social dos povos indígenas..** Cuiabá: GTME, 1999. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-papel-da-religiao-no-sistema-social-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- 3 - ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões..** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1993.

História Ambiental					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	-	15	-	60	Optativa
Ementa					
Abordagem teórico-metodológica e historiográfica da história ambiental. Estudos sobre as transformações do imaginário ocidental da natureza e revisão conceitual. História Ambiental brasileira: pensamento crítico e a devastação ambiental no século 19.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.					
2 - DIEGUES, Antonio. O mito moderno da natureza intocada . São Paulo: Huitec, 2008.					
3 - DUARTE, Regina. História & Natureza . Belo Horizonte: Autêntica, 2003.					
Bibliografia Complementar:					

1 - DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>. Acesso em: 14 ago. 2022.

2 - DRUMMOND, José Augusto. **Por que estudar História Ambiental no Brasil?**. Belo Horizonte: Vária História, 2003. Disponível em: <http://www.variahistoria.org/edies/gowkxih90kyz3uc009hf14yusbmp4g>. Acesso em: 14 ago. 2022.

3 - PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. São Paulo: Estudos Avançados, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2022.

TEMAS DE IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Optativa

Ementa

Estudo das ideias de integração continental nas Américas elaborados desde os processos de independências (XIX) até a concretização de acordos de integração como o ALALC, Mercosul, Alba, CAN, CELAC e Nafta (fins do XX). A proposta consiste em estudar ideias de integração e formação de identidades latino-americanas inseridas em seus contextos de elaboração para a compreensão de seus objetivos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BRAGA, Márcio Bobik; FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites. **Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: O primeiro integracionismo latino-americano**. Niterói: Passagens, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45959>. Acesso em: 14 ago. 2022.

2 - PRADO, Maria Ligia. **O Brasil e a distante América do Sul**. São Paulo: Revista de História USP, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18921>. Acesso em: 14 ago. 2022.

3 - BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-americana Vista pelo Brasil..** Rio de Janeiro: Contexto Internacional, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sBgr58YnH3wwWdvHxZbnfyf/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - SOUZA, Nilson Araujo de. **América Latina: as ondas da integração**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/296/168>. Acesso em: 14 ago. 2022.

2 - AMORETTI, Juliana. **O marxismo latino-americano de Mariátegui**. Rio de Janeiro: OIKOS,

2008. Disponível em: <http://revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/83/50>. Acesso em: 14 ago. 2022.

3 - BARROS, Roberto Teles Lima. **Percalços da integração latino-americana: análise comparada dos regionalismos das décadas de 1960,1990 e 2000**. Curitiba: Revista Conjuntura Global, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/56939>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CINEMA E CULTURA MEDIEVAL					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	-	-	-	60	Optativa
Ementa					
O Cinema como agente da História, documento historiográfico e como meio simbólico e artístico da História. Estética, Iconografia, Narrativa e História. A Idade Média e as imagens cinematográficas. Literatura medieval e os Cinemas norte-americano e europeu.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem . Bauru: EDUSC, 2004.					
2 - FERRO, Marc. cinema e história . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.					
3 - LE GOFF, Jacques; SMITH, J.M. Dicionário Temático do Ocidente Medieval . Bauru: EDUSC, 2006.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BALDISSERA, José Alberto. A idade média através do cinema . Instituto Humanitas - UNISINOS, 2006. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/formacao/011cadernosihuemformacao.pdf . Acesso em: 19 set. 2022.					
2 - ECO, Umberto. A arte e a beleza na estética medieval . Porto Alegre: Globo, 1992.					
3 - CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. O cinema e a invenção da vida moderna . São Paulo: Cosac Naify, 2014.					
4 - PRATES, Eliane; VAZ, Angela. A influência da Idade Média em nossos dias: cultura, representação e festividade . Guarujá, 2016. Disponível em: http://faculdaadedondomenico.edu.br/revista_don/artigos8edicao/11ed8.pdf . Acesso em: 19 set. 2022.					

3.6 - Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares do curso estão divididos em núcleos. Cada núcleo contém um conjunto de disciplinas específicas. Algumas disciplinas foram pensadas de maneira interdisciplinar para garantir os conteúdos da resolução 02/2015. Com a disciplina de Libras, no segundo período, busca-se oferecer uma formação mais completa para lidar com uma educação inclusiva. A disciplina de Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos Humanos, no quarto período, e Projeto de Ensino de História e Diversidade, no oitavo período, desenvolvem conteúdos de direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Também complementam esses conteúdos as disciplinas de História da África (1000 a.C - 1200 d.C), no primeiro período, a disciplina de História da África (após 1200 d.C), no quarto período, a disciplina de Antropologia, no segundo período, e a disciplina de História Indígena, no quarto período, abordam as questões de diversidades étnico-racial e religiosas. Os conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação serão abordados na disciplina Política, Gestão e Currículo, no quarto período.

As Práticas como Componentes Curriculares (PPC) estão inseridas nas disciplinas teóricas/metodológicas e históricas/historiográficas. Elas devem se traduzir em oferta de saberes que ampliem a formação do profissional em História, promovendo, de forma articulada, atividades de pesquisas, oficinas, minicursos, seminários, palestras, mesas redondas, entre outros, levando em consideração as experiências verificadas na Educação Básica. As PCC estão inseridas nas disciplinas e evidenciadas no quadro da matriz disciplinar do curso.

3.6.1 - Matriz formativa

Com o currículo proposto o licenciado em História deverá estar habilitado ao pleno exercício profissional nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, dominando conteúdos e práticas referentes ao conhecimento histórico tanto para a sua produção, quanto para a sua difusão.

Ainda que o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais enfatize a noção de uma sólida formação de base generalista, crítica, ética e continuada, na trilha do Parecer CNE/ CES 492/2001, o currículo proposto evidencia que o licenciado em História deva estar preparado para o exercício do trabalho da docência em História, em todos os seus dimensionamentos, o que, sucintamente, está estabelecido aqui nas concepções e objetivos do curso de licenciatura em História do campus de Porto Nacional.

A formação profissional do docente em História deve prover meios que o permitam ao mesmo conhecer e dominar as diferentes concepções teórico-metodológicas bem como as distintas investigações e análise de objetos específicos da produção do conhecimento e da pesquisa histórica. Assim, o licenciado em História deverá promover a produção e difusão do conhecimento histórico, cujo resultado - entendido como uma contribuição teórica, metodológica e historiográfica - deve ser incorporada ao ensino fundamental e médio de História, possibilitando sua dinamização e elevação qualitativa.

No aspecto específico de atuação profissional, no âmbito do Estado do Tocantins, em grande medida, o licenciado em História atuará no magistério da educação básica (ensino médio e fundamental) das redes públicas e privadas e em cursos preparatórios para vestibulares e concursos de forma geral. Todavia, pela formação oferecida o licenciado em História poderá igualmente atuar em coordenações e orientações pedagógicas no âmbito das escolas e em consultorias fora dela.

Abre-se também oportunidades de atuação desse profissional, desde que não haja regulamentações corporativas em contrário, em museus, arquivos históricos, centros de

documentação, laboratórios de pesquisa histórica e de arqueologia histórica, bibliotecas, secretarias de educação e de cultura, fundações culturais, jornais, tvs e em produções vídeo documentais. Sem contar com as amplas possibilidades de inserção em atividades profissionais específicas de organizações não governamentais e em movimentos sociais organizados.

3.6.2 - Flexibilização curricular

No decorrer do curso, o discente conta diversas possibilidades de flexibilização da matriz curricular para atender ao tempo proposto para sua formação e para a ampliação do seu percurso formativo: são ofertadas disciplinas especiais; disciplinas modulares; disciplinas optativas que atendam novas demandas por ensino/aprendizagem alinhadas ao conhecimento histórico; disciplinas relacionadas ao uso de novas tecnologias de ensino; disciplinas relacionadas às questões ambientais e ao mundo do trabalho.

3.6.3 - Objetos de conhecimento

As ações de formação do curso buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Tocantins, demonstrando, sobretudo, o compromisso social para com a sociedade em que está inserida. Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região, o curso possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural, ribeirinhos, camponeses e quilombolas. O curso tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, o Curso de História assume o compromisso de desenvolver ações voltadas para a educação indígena, afrodescendente, educação rural e de jovens e adultos. Em conformidade com PDI da universidade, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso deverão estar voltados para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação

de reciprocidade;

- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Para atingir tais objetivos, uma das ações propostas pelo curso é a creditação das atividades de extensão.

3.6.4 - Programas de formação

Tendo em vista das novas exigências da educação básica decorrentes da Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 e a lei de nº 10.645/2008, que tornam obrigatórios o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, a estrutura curricular conta com uma carga horária de 180 horas voltadas para esse fim, a saber: as disciplinas História da África (1000 a.C- 1200 d.C); História da África (após 1200 d.C) e História Indígena. Nessas disciplinas serão abordadas teorias, métodos, conteúdos, abordagens e formas de ensinar a cultura indígena e afro-brasileira, desenvolvendo práticas que possam facilitar a reflexão sobre a temática na educação básica. Soma-se a esse currículo as atividades complementares como simpósios, fóruns e encontros pensados para debater o disposto nas citadas leis.

Em atendimento as referidas leis, o curso atua junto às instituições educativas que promovam a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Estabelecerá parcerias com órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, no sentido de promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Atuará junto aos meios de comunicação de massa, colaborando, de maneira ativa e permanente, na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. Por meio de seus currículos e cursos de extensão oferecerá práticas e reflexões voltadas para a formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. Dessa forma, desenvolve ações de caráter sócio ambiental pautadas nos princípios democrático e participativo, respeitando pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade. A abordagem de Educação Ambiental será ministrada na disciplina Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos no quarto período do curso.

3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)

O Curso de História de Porto Nacional aprovou a creditação da extensão a partir de 2 ações curriculares de 120 horas com 8 créditos cada uma e uma de 90 horas com 6 créditos. Totalizando 330 horas, ou 22 créditos; portanto ULTRAPASSANDO os 10% da carga horária do curso que é 3210h.

AValiação das ACE'S: as avaliações das ACE's deverão constar no PLANO DE ENSINO de cada professor em respeito à LIBERDADE DE CÁTEDRA do projeto de extensão elaborado pelo docente .

1 - Projeto História e Artes

EMENTA: As diferentes linguagens artísticas como forma de manifestação humana ao longo do tempo. A sensibilidade para compreender as diversas linguagens artísticas e relacioná-las

aos nossos sentidos. A relação entre a inserção histórica, geográfica e cultural e o desenvolvimento do gosto artístico. Ampliação do repertório cultural e artístico a partir do contato com a comunidade.

OBJETIVOS: Promover a reflexão sobre as diversas dinâmicas sociais a partir das diversas linguagens artísticas. Incentivar que estudantes e comunidade pensem, produzam e promovam formas de interação entre as manifestações estéticas e seu significado social.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA: comunidades escolares, público de ONG's, comunidades de bairros, terceira idade, quilombolas, aldeias indígenas ou outros públicos a depender do projeto de extensão do docente.

ÁREAS TEMÁTICAS: comunicação; cultura e arte; educação; meio ambiente; tecnologia e produção e trabalho.

LINHAS: Artes cênicas; Artes integradas; Artes plásticas; Artes visuais; Comunicação estratégica; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento tecnológico; Desenvolvimento urbano; Direitos individuais e coletivos; Educação profissional; Empreendedorismo; Emprego e renda; Estilismo; Formação de professores; Gestão do trabalho; Grupos sociais vulneráveis; Infância e adolescência; Inovação tecnológica; Jornalismo; Jovens e adultos; Línguas estrangeiras; Metodologias e estratégias de ensino / aprendizagem; Mídias- artes; Mídias; Música; Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial; Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais; Propriedade intelectual e patente; Questões ambientais; Saúde animal; Saúde humana; Tecnologia da informação; Temas específicos e desenvolvimento humano; Terceira idade; Turismo; Uso de drogas e dependência química

2 - Projeto de Ensino de História, Cidadania e Direitos humanos

EMENTA: Diferentes dimensões da prática educativa relacionados aos Direitos Humanos. Desafios encontrados no contexto escolar relacionados aos Direitos Humanos. A formação continuada de

professores e de gestores da escola básica no tocante aos direitos humanos e à Cidadania. Diferentes dimensões da prática educativa relacionados ao tema Direitos de Adolescentes e Jovens. Educação

Ambiental e cidadania. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A formação continuada de professores e de gestores da escola básica no tocante ao tema. Atividades de pesquisas organização de oficinas, minicursos, seminários, palestras, mesas redondas, levando em consideração as experiências verificadas na Educação Básica quanto aos direitos humanos.

OBJETIVOS: Articular os saberes históricos, saberes culturais e saberes filosóficos das disciplinas como pontos de conhecimento e intervenção na prática docente. Proporcionar aos futuros professores o conhecimento do homem, de sua cultura, de seus processos históricos ao longo do tempo. Identificar as diferenças entre o eu e o outro no processo de constituição dos direitos humanos.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA: comunidades escolares, público de ONG's, comunidades de bairros, terceira idade, quilombolas, aldeias indígenas ou outros públicos a depender do projeto de extensão do docente.

ÁREAS TEMÁTICAS: comunicação; cultura e arte; direitos humanos e justiça; educação; meio

ambiente; tecnologia e produção; e trabalho.

LINHAS: Artes cênicas; Artes integradas; Artes plásticas; Artes visuais; Comunicação estratégica; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento tecnológico; Desenvolvimento urbano; Direitos individuais e coletivos; Educação profissional; Empreendedorismo; Emprego e renda; Estilismo; Espaços de Ciência; Esporte e lazer; Formação de professores; Gestão do trabalho; Grupos sociais vulneráveis; Infância e adolescência; Inovação tecnológica; Jornalismo; Jovens e adultos; Línguas estrangeiras; Metodologias e estratégias de ensino / aprendizagem; Mídias-artes; Mídias; Música; Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial; Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais; Propriedade intelectual e patente; Questões ambientais; Saúde animal; Saúde humana; Tecnologia da informação; Temas específicos e desenvolvimento humano; Terceira idade; Turismo; Uso de drogas e dependência química

3 -Projetos de Tecnologias em História

EMENTA: Os projetos de extensão devem articular a teoria e a prática e conectar os saberes acadêmicos, novas tecnologias e saberes populares. Compreendidos como trabalho curricular, transdisciplinar, interdisciplinar e multidisciplinar, os Projetos de Extensão têm por função produzir e sociabilizar conhecimentos e saberes, problematizando as transformações tecnológicas ao longo do tempo, dialogando com os diversos setores da sociedade, com inserção na realidade intra e extramuros da universidade, proporcionando ao corpo discente uma vivência que complemente sua formação.

OBJETIVOS: Balizar a experiência da extensão universitária seguindo os 5 “is”: Interação dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; Impacto na formação do estudante; Impacto e transformação social.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EXTERNA: comunidades escolares, público de ONG's, comunidades de bairros, terceira idade, quilombolas, aldeias indígenas ou outros públicos a depender do projeto de extensão do docente.

ÁREAS TEMÁTICAS: comunicação; cultura e arte; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; tecnologia e produção; e trabalho.

LINHAS: Artes cênicas; Artes integradas; Artes plásticas; Artes visuais; Comunicação estratégica; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento tecnológico; Desenvolvimento urbano; Direitos individuais e coletivos; Educação profissional; Empreendedorismo; Emprego e renda; Estilismo; Espaços de Ciência; Esporte e lazer; Formação de professores; Gestão do trabalho; Grupos sociais vulneráveis; Infância e adolescência; Inovação tecnológica; Jornalismo; Jovens e adultos; Línguas estrangeiras; Metodologias e estratégias de ensino / aprendizagem; Mídias-artes; Mídias; Música; Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial; Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais; Propriedade intelectual e patente; Questões ambientais; Saúde animal; Saúde humana; Tecnologia da informação; Temas específicos e desenvolvimento humano; Terceira idade; Turismo; Uso de drogas e dependência química

3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares

Devemos observar o Regimento acadêmico da UFT (Resolução CONSEPE 06/2004)

Art. 95 - Na hipótese de o componente curricular cursado apresentar conteúdo programático inferior ao exigido no currículo em vigor, o Colegiado de Curso determinará o seu aproveitamento, mediante a realização de:

I - complementação de carga horária, definindo-se qual semestre e turma.

II - complementação de conteúdos por meio dos quais a complementação poderá ser realizada, nas seguintes modalidades:

- a) participação em aulas específicas do componente curricular;
- b) realização de estudos independentes e posterior realização de prova;

III - trabalho de pesquisa devidamente registrado.

Parágrafo único - As instruções acerca da complementação de estudos deverão ser registradas na Ata de Aproveitamento e fornecidas ao acadêmico por escrito, estabelecendo-se datas de participação nas aulas ou datas de provas, ou prazos para entrega de trabalhos e o respectivo professor responsável. Somente após a realização da complementação, devidamente documentada, será registrada a nota no histórico escolar.

Na atual estrutura curricular a totalidade das disciplinas possuem equivalência entre os PPC's que entraram em vigor 2019.2 (atualização 2021) e 2022, pois ambos tem 3210h. Apenas as seguintes disciplinas não tem equivalência com PPC 2011 que era de 2805h .

- * Historiografia Brasileira
- * História da África
- * Projetos de História e Arte
- * Projetos em Ensino de História, Cidadania e Direitos Humanos
- * História da América (pós séc. XIX)
- * História da Ásia
- * Projetos de Tecnologias em História
- * Patrimônio cultural e Documentação Histórica .

Foram adotados os seguintes procedimentos quanto a essas disciplinas:

a) Os alunos ingressantes a partir da implementação do novo PPC tais disciplinas são ofertadas em seus respectivos períodos;

b) Para os alunos em situação de matrícula quando da implantação do novo PPC, as disciplinas sem equivalência são ofertadas em seus respectivos períodos, com os alunos fazendo a solicitação de matrículas.

c) As disciplinas de extensão, aprovadas em 2022, devem ser cursadas por todos os alunos matriculados no curso a partir de então.

Equivalências Curriculares				
Período	Disciplina	Carga Horária	Equivalência	Aproveitamentos
1º Período				
1	História da Educação Brasileira	60hs	"História da Educação Brasileira"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	História da África (1000 a.C. até 1.200 d.C)	60hs	"História da África (1000 a.C - 1200 d.C)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Historiografia Geral	60hs	"Historiografia Geral"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Antropologia	60hs	"Antropologia"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Libras	60hs	"Libras"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2º Período				
2	Teoria e Método da História I	90hs	"Teoria e Método da História I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)	60hs	"História da Europa e Oriente Próximo (4000 a.C - 500 d.C)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Estágio Supervisionado em História I	120hs	"Estágio Supervisionado em	Integral: Carga horária e conteúdo da

			História I"	disciplina totalmente equivalente. são
2	Historiografia Brasileira	60hs	"Historiografia Brasileira"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
2	História da África (após 1.200 d.C)	60hs	"História da África (após 1200 d.C)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3º Período				
3	Arqueologia	60hs	"Arqueologia"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Filosofia da Educação	60hs	"Filosofia da Educação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Didática em História	60hs	"Didática em História"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	História da Europa (séc. V - XV)	60hs	"História da Europa (séc. V - XV)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	História Indígena	60hs	"História Indígena"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4º Período				
4	Teoria e Método da História II	90hs	"Teoria e Método da História II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são

				totalmente equivalentes.
4	Sociologia da Educação	60hs	"Sociologia da Educação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	Política, Gestão e Currículo	60hs	"Política, Gestão e Currículo"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	História da América (até século XVII)	60hs	"História da América (até séc. XVI)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	Estágio Supervisionado em História II	120hs	"Estágio Supervisionado em História II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5º Período				
5	História do Brasil (até o séc. XVIII)	60hs	"História do Brasil (até o sec. XVIII)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	História da Europa (séc. XV-XVIII)	60hs	"História da Europa (séc. XV-XVIII)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Psicologia e Educação	60hs	"Psicologia e Educação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	História da América (séc. XVIII - XIX)	60hs	"História da América (séc. XVI - XIX)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente

				equivalentes.
6º Período				
6	História do Brasil (séc. XIX)	60hs	"História do Brasil (séc. XIX)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	História da Europa (pós séc. XIX)	60hs	"História da Europa (pós séc. XIX)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	História da América (pós séc. XIX)	60hs	"História da América (pós séc. XIX)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Estágio Supervisionado em História III	120hs	"Estágio Supervisionado em História III"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Metodologia da Pesquisa e do Ensino de História	60hs	"Metodologia da Pesquisa e do Ensino em História"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7º Período				
7	História da Ásia	60hs	"História da Ásia"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Seminário de Pesquisa I	105hs	"Seminário de Pesquisa I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	História do Tocantins	60hs	"História do Tocantins"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente

				equivalentes.
7	História do Brasil (pós séc. XIX)	60hs	"História do Brasil (pós séc. XIX)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8º Período				
8	Seminário de Pesquisa II	105hs	"Seminário de Pesquisa II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8	Patrimônio Cultural e Documentação Histórica	60hs	"Patrimônio Cultural e Documentação Histórica"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8	Estágio Supervisionado em História IV	120hs	"Estágio Supervisionado em História IV"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

3.8 - Migração curricular

O processo de migração ocorrerá da seguinte forma:

a) Os discentes que ingressaram na estrutura curricular que começou a ser implementada 2019.2 migrarão automaticamente para a estrutura que começará a ser implementada em 2023.2; uma vez o curso é organizado por créditos e a ordem na qual os estudantes matriculam-se nos componentes curriculares não altera o tempo de integralização.

b) Destacamos que tanto o PPC de implementado em 2019.2, quanto este que vigorará a partir de 2023.2 contam com a mesma carga horária de 3210h.

3.9 - Metodologia

As disciplinas do Curso de História de Porto Nacional são ministradas de forma presencial. Às

aulas teóricas, expositivas e dialogadas, são acrescidas de atividades para aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, tais como práticas de apresentação de fichamentos de textos, resumos expandidos, ensaios, bem a realização de seminários pelos discentes. Atividades escritas, individuais e coletivas são exigidas dos discentes, assim como diferentes tipos de apresentações visuais e textuais. Usos de ferramentas online são incentivadas para facilitar as práticas de ensino. Os alunos são instados a produzirem a escrita autônoma e criativa.

Além dos saberes indicados na sua estrutura curricular, induzirá práticas e reflexões comprometidas com a construção da cidadania e com a formação de sujeitos históricos críticos. Para tanto, nas disciplinas, as Práticas como Componentes Curriculares (PCC) serão propostas ações que possam contribuir na formação da consciência histórica de seus egressos. Nesse sentido, são realizados minicursos, oficinas, visitas técnicas, palestras, seminários e demais possibilidades de se relacionar ensino de História e cidadania.

3.9.1 - Inovação Pedagógica

A principal preocupação com a Inovação Pedagógica no curso de Licenciatura em História é problematizar os usos e as apropriações das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na Pesquisa Histórica, no Ensino de História e na Aprendizagem Histórica, particularmente com ênfase na formação inicial e continuada de professores de História e historiadores. Os desafios conceituais e metodológicos para o ensino e à aprendizagem são aspectos de discussão e atuação dos professores pertencentes ao colegiado. A categoria “apropriar” é trabalhada em detrimento da expressão “aplicar”, pois essa última carrega consigo uma visão tecnicista para as habilidades pedagógicas e recursos didáticos. O conceito “apropriar” é utilizado com base na concepção de Roger Chartier (2002), em que a apropriação refere-se aos usos e as possibilidades de construção de outros sentidos e significados. Além da categoria apropriação, o próprio termo inovação/tecnologia é um desafio tanto conceitual como metodológico. A problematização do conceito tem sido feita a partir das aproximações entre o pensamento de Andrew Feenberg (NEDER, 2013), Pierre Lévy (1990), Henry Jenkins (2013), entre outras perspectivas teóricas. Tais autores não são do campo da História, porém seus estudos tem sido essenciais para o entendimento da possibilidade de democratização da tecnologia e seus usos no ensino, na aprendizagem e na educação. Esses pensadores se situam no campo da filosofia e teoria crítica da tecnologia, da sociologia e da ciência da informação e comunicação, respectivamente.

Na teoria crítica proposta pelo filósofo Andrew Feenberg, constatamos que as tecnologias não são vistas apenas como meras ferramentas, mas como estruturas para estilos de vida, que oferecem escolhas para a possibilidade de reflexão sobre tais escolhas e de submetê-las a controles mais democráticos. Desse modo, a ideia de estender a democracia à tecnologia é o ponto central, alvo de apreensão do Curso de Licenciatura em História. Na relação entre Tecnologia e Educação, Pierre Lévy também defende a utilização de técnicas capazes de ampliar o esforço pedagógico de docentes, uma vez que a utilização crescente das tecnologias digitais e das redes de comunicação interativa acompanha e amplifica uma profunda mutação na relação com o saber. Nesse sentido, as considerações de Henry Jenkins são bastante relevantes também, o que leva a discussão de outros conceitos. A cultura da convergência informacional e da conexão, que são abordadas por Jenkins, e a acelerada transformação das relações sociais com as TDIC estão impactando os ambientes escolares de forma decisiva. No Ensino de História, em particular, essas culturas apresentam-se como uma problemática na medida que desafia docentes e historiadores a se adaptarem ao mundo cada vez mais digital, principalmente em suas aulas.

3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais

Com a ressalva de problemáticas como o fato de que não podemos negligenciar a exclusão digital, sobretudo acometida a população socioeconomicamente vulnerável – em razão da desigualdade social no Brasil – e o baixo nível de letramento digital de muitos professores, particularmente na adoção de metodologias de ensino e tecnologias aplicadas à inovação pedagógica dialogamos com Janaina da Silva Cardoso (2021). A autora explica que convém pensar em um “processo de conscientização tecnológica”, sintetizado na sequência seguinte: acesso, uso, conhecimento, criatividade e criticidade. Para a autora, o simples uso das tecnologias não é garantia de aprendizagem ou autonomia discente e docente, o que se precisa é promover um bom emprego das tecnologias para construir conhecimento crítico e criativo. A educação para o mundo contemporâneo é educar na cultura digital. A cultura digital pode estimular o protagonismo e autonomia dos estudantes quando entendida como ferramenta didática e pedagógica. É possível a partir dos usos e apropriações das TDICs, pois são elas que aproximam o aprendizado de habilidades e competências conectadas aos desafios da vida real.

Tal como a metodologia imersiva, o SAMR é um método da escada de duas passagens que se mostra eficaz. Idealizado por Ruben Puentedura em 2008, a metodologia imersiva é também uma perspectiva de pesquisa, em que, na prática, a observação, análise e ação são essenciais para o uso da tecnologia no ensino, inclusive de História. Os seguintes conceitos Substituição, Aumento, Modificação, Redefinição (SAMR) são vinculados à questão de diferentes tipos de práticas pedagógicas, mais ou menos avançadas, associadas às TDIC no ensino. O Curso de Licenciatura em História ressalta a necessidade de uma maior atenção à formação inicial e continuada de docentes alinhados aos novos espaços de aprendizado de modo a inovar em suas práticas pedagógicas e na aprendizagem histórica, pois os discentes e jovens pesquisadores estão cotidianamente imersos na cultura digital.

3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas

Para a capacitação do profissional na docência, no ensino, na pesquisa e na extensão, o curso disponibiliza as seguintes ferramentas de para o bom desenvolvimento do aprendizado do aluno:

- CDH - Centro de Documentação Histórica: possui seis leitores de microfilme e dois computadores com acesso à internet, bem como acervo em microfilmes de periódicos depositados na Biblioteca Nacional, com ênfase no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Seu público alvo são os estudantes e pesquisadores da área de História.

- LIFE – Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores: conta com computadores, impressoras e tem como público alvo os estudantes de licenciaturas em História da Universidade Federal do Tocantins.

- LAPHIS - Laboratório de Arqueologia Histórica / Pré – Histórica & Educação Patrimonial: foi idealizado e criado em outubro de 2010 e tem por finalidade o apoio, a promoção, a execução, direta e indiretamente de planos, programas, projetos e atividades relacionados com a preservação, a pesquisa, a documentação e a valorização e preservação do Patrimônio histórico- cultural Paisagístico Natural e Urbano, Arqueológico Histórico/ pré- histórico e Educacional bem como de iniciativas voltadas para a preservação e desenvolvimento da Educação Patrimonial, no Estado do Tocantins e nos demais Estados da Federação, em âmbito nacional e internacional. O acervo do LAPHIS, é composto com peças, de coleções originais e réplicas de Arqueologia do Mediterrâneo e Médio-Oriente; Arqueologia Americana, com ênfase na Pré- História Brasileira; Etnologia Brasileira, Etnologia Africana e de Patrimônio Histórico

Cultura do Estado do Tocantins e do Brasil. A formação desse acervo deve-se a pesquisas desenvolvidas em sítios arqueológicos; coletas realizadas em campo por várias gerações de etnólogos, arqueólogos, antropólogos e outros; ou a diferentes tipos de aquisição, como os intercâmbios com museus nacionais e estrangeiros, Institutos, Fundações entre outros, que originaram a coleções públicas ou particulares que poderem enriquecer o conhecimento acadêmico do LAPHIS. O LAPHIS estrutura-se em duas grandes áreas: a Divisão Acadêmica Científica, vocacionada para o trabalho científico de Arqueologia e Etnologia, e a Divisão Acadêmica Científica Cultural, voltada para pesquisas aplicadas no campo da Museologia e da Educação Patrimonial, além dos projetos de extroversão do conhecimento produzido na Instituição junto ao Serviço Técnico de Musealização. Integra-se à Divisão Científica o Serviço Técnico de Curadoria, composto pelas equipes técnicas de Laboratório de Arqueologia e Etnologia, de Laboratório de Conservação e Restauro e de Documentação Museológica, que desenvolvem atividades técnico-científicas básicas e indispensáveis para a manutenção e gerenciamento do acervo.

NUHMIT- NÚCLEO DE PESQUISA HISTÓRIA, MEMÓRIAS, IMAGEM TECNOLOGIAS (Aprovado no Consepe e em situação de organização, com funcionamento previsto para 2023.1)

NEAI - Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas. Criado em 2003, no Campus de Porto Nacional da UFT. O NEAI foi institucionalizado pelo CONSEPE/ UFT em 2007 (Certidão 229/2007). Tem por objetivo realizar atividades de pesquisa, ensino e extensão com temáticas ligadas aos povos indígenas que vivem no Estado do Tocantins. Equipamentos disponíveis: 04 computadores desktop; 01 impressora a laser; 02 notebooks, 01 data show, 01 câmera filmadora; 02 câmeras fotográficas, 01 scanner de mesa para papel, 01 scanner de negativos e 02 micros gravadores de voz; 01 TV 42"; 04 mesas, com 04 cadeiras, 04 armários, 30 cadeiras escolares, 01 escrivaninha com 01 cadeira giratória. A maior parte do acervo e dos equipamentos foram adquiridos com o apoio financeiro do CNPq.

3.9.4 - Tecnologias Sociais

Os serviços e tecnologias sociais destinadas à comunidade externa ocorrem por meio de minicursos, mesas redondas, palestras, cursos de formação, e podem ser aplicadas em redes de ensino, espaços culturais, associações de moradores e demais coletivos. A comunidade externa é convidada a participar dos eventos científicos promovidos pelo curso.

3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente

O Curso de História assume a formação e capacitação permanente como condição básica para as reflexões teóricas e práticas de ensino dos discentes. Problemas com interpretação de textos, com a escrita, com a leitura e com os usos de tecnologias são inúmeros que chegam ao curso. Os ingressantes nos cursos de licenciaturas, até que novas metodologias sejam assumidas por professores das redes básicas de ensino, continuam a apresentar problemas de aprendizagens. Entendemos que cabe ao Curso de História assumir a continuidade da formação básica dos docentes da educação básica, seja atuando na escola básica, seja reorganizando sua estrutura curricular de forma a conseguir o que ela tem apresentado dificuldades em alcançar. Torna-se necessário dirimir os problemas de leitura, da escrita e de interpretação de textos e usos de tecnologias dos alunos que chegam ao Curso de História.

3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação pressupõe ainda a construção de um currículo interdisciplinar, ou seja, a

possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Trata-se de perceber a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme Resolução Consepe 05/2005 art.4, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) e média igual ou superior a 4,0 e inferior a 7,0 será submetido ao exame final. Para aprovação, exige-se que a média aritmética entre a média anterior e a nota do exame final seja igual ou superior a 5,0. Nos Planos de Disciplinas os professores assumem o compromisso com formas de avaliação que fortaleçam o exercício dissertativo argumentativo.

A avaliação do processo da aprendizagem é parte integrante do processo de formação no Curso de História, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias. A avaliação não deve ser utilizada como punição àqueles que não alcançaram os resultados esperados, mas como forma de contribuir para que cada discente identifique melhor as suas necessidades de formação e empreenda o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional. Destina-se à análise da aprendizagem dos futuros professores, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de sua formação tendo também a finalidade de certificar sua formação profissional.

Cada professor deve apresentar de forma clara os critérios e os instrumentos de avaliação que serão utilizados, contribuindo para que os discentes conheçam e reconheçam seus próprios métodos de pensar, utilizados para aprender, desenvolvendo capacidade de autorregular a própria aprendizagem, descobrindo e planejando estratégias para diferentes situações. Entendendo que não se avalia apenas o conhecimento adquirido, mas a capacidade de buscar outras possibilidades de avaliação para realizar o que é proposto. Os instrumentos de avaliação só cumprem seu papel se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e

potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem

Fazem parte das atividades de ensino e aprendizagem do curso:

- * - Aulas expositivas teóricas e dialogadas.
- * - Atividades escritas e seminários apresentados pelos alunos;
- * - Orientações em pesquisas no campo histórico-historiográfico, em temas de oferecidos pelos orientadores;
- * - Participação em projetos de extensão indicados na estrutura do curso;
- * - Participação em Projetos de Iniciação Científica - PIBIC

O Curso de História integra ainda o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Docente (PIBID), cuja meta é despertar o interesse dos licenciados para a prática do magistério. No Campus de Porto Nacional foi elaborado um projeto conjunto, de natureza interdisciplinar, envolvendo as licenciaturas de Geografia, História, Letras e Biologia, ainda ano edital de 2014. Nos editais de 2018 e 2020 o curso teve em média a participação de aproximadamente 60 alunos bolsistas no programa. O PIBID, tem como objetivos:

- * a) incentivar a formação de professores para a educação básica, especialmente para o ensino médio;
 - * b) valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente;
 - * c) promover a melhoria da qualidade da educação básica;
 - * d) promover a articulação integrada da educação superior do sistema federal com a educação básica do sistema público, em proveito de uma sólida formação docente inicial;
 - * e) elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições federais de educação superior;
 - * f) estimular a integração da educação superior com a educação básica no ensino fundamental e médio, de modo a estabelecer projetos de cooperação que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública;
 - * g) fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem;
 - * h) valorizar o espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica;
 - * i) proporcionar aos futuros professores participação em ações, experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, articuladas com a realidade local da escola.
- * Participam do Programa as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Centros

Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que possuam cursos de licenciatura com avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, IFES que tenham firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos Municípios, dos Estados ou do Distrito Federal, prevendo a participação dos bolsistas do PIBID nas atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas na escola pública.

* O Programa financia bolsas de iniciação à docência aos estudantes e bolsas de coordenação aos professores coordenadores de área, vinculados ao curso/UFT (subprojetos), além de bolsas de supervisão aos professores supervisores das disciplinas nas escolas cadastradas.

* A Universidade Federal do Tocantins, a partir da Resolução de N°016/2008 institucionalizou o seu Programa de Monitoria e neste sentido o curso de História do campus de Porto Nacional incorpora essas ações, que visam, sobremaneira, a melhoria do desempenho acadêmico em disciplinas, áreas e conteúdo específicos da Licenciatura em História. Caberá, semestralmente, ao colegiado e a coordenação do curso de História identificar e elaborar a relação das disciplinas que deverão acolher os monitores, cujo processo de escolha segue as diretrizes gerais da instituição conforme a Resolução N°016/2008.

* Programas importantes dos quais o Curso de História participa são o PADI e o PADU. A PROGRAD oferece vários Programas Especiais em Educação, entre eles encontram-se o Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi) destinado a auxiliar prioritariamente estudantes em situação de vulnerabilidade, ingressantes de escola pública, alunos matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares. Um Programa destinado à seleção de propostas de tutoria nas áreas de ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e matemática no âmbito dos cursos de graduação e em áreas com disciplinas que possuam elevado índice de reprovação, retenção ou evasão, nas modalidades de bolsas de tutoria remuneradas e voluntárias. São objetivos do PADI:

* Ampliar o atendimento aos estudantes ingressantes na instituição proporcionando-lhes suporte pedagógico, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação.

* Propiciar ao tutor discente a oportunidade de enriquecimento técnico e pessoal, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas, permitindo-lhe ampliar o conhecimento e a convivência no meio universitário.

* Contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT.

* Promover a democratização do ensino superior, com excelência.

3.10 - Estágio Curricular Supervisionado

As disciplinas de estágio supervisionado do curso estão fundamentadas nas premissas jurídicas educacionais em vigor, especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 e o que prevê a resolução CP nº 1 de 30 de setembro de 1999, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e nas Resoluções CNE/CP 1 e 2 de 18/02 e 19/02, respectivamente publicadas no Diário Oficial do dia 04/03/2002 que instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior e a sua duração e carga horária.

Na perspectiva pedagógica, o estágio supervisionado é uma importante atividade que o aluno realiza em instituições de ensino, sob a orientação e supervisão de um professor-orientador, em que a partir dessa experiência o futuro professor de História possa melhor compreender a atual situação da educação do país, e contribuir para sua transformação. Assim, o estágio supervisionado deve ser considerado um dos momentos cruciais da reflexão crítica e da produção de novos conhecimentos, em que o futuro professor de História poderá refletir, tematizar, problematizar e intervir transformando sua própria atuação profissional, de forma concreta e objetiva, confrontando continuamente conhecimentos, situações de trabalho, construindo e reconstruindo teorias, que articule teoria e prática, e que propicie um melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Por fim, o estágio supervisionado consiste, em um momento, na fase em que o aluno desenvolverá as atividades de observação e desempenho em sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, nas instituições de ensino de Porto Nacional. Período no qual o aluno, deverá se inserir em uma classe, participando das atividades docentes junto com o professor responsável, observando os trabalhos, levantando os dados, elaborando material didático pedagógico e à docência em sala de aula. Na regência, os alunos do curso de História ministrarão aulas sob a orientação do professor regente da disciplina na escola e sob a supervisão do professor de estágio do curso de História.

No primeiro estágio, logo após as horas/ aula de orientações teóricas, os discentes farão horas/aula de observação da realidade administrativa e pedagógica de uma unidade de ensino fundamental e/ ou médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional, seguidas de reflexões teóricas sobre as observações realizadas. No Seminário de Estágio I, apresentarão seus relatórios de observação.

No segundo estágio, logo após horas/aula de orientações teóricas, os discentes realizarão regências em turmas de 6º. e 7º anos de uma unidade de ensino fundamental da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Finalizam a disciplina participando de reflexões acerca das regências. No Seminário de Estágio II apresentarão os relatórios das regências realizadas.

No terceiro estágio, após as orientações teóricas, os discentes realizarão planejamentos e regências em turmas de 8º. e 9º anos de uma unidade de ensino fundamental e/ ou ensino médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Finalizam a disciplina participando de reflexões acerca das regências. No Seminário de Estágio III apresentarão os relatórios das regências realizadas.

No quarto estágio, após orientações teóricas, os discentes realizarão planejamentos e desenvolverão projetos sobre Ensino de História e Novas Abordagens, em uma unidade de ensino fundamental e/ ou ensino médio da Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional. Finalizam a disciplina participando de reflexões acerca dos projetos desenvolvidos. No Seminário de Estágio IV, apresentarão os relatórios dos projetos desenvolvidos.

3.11 - Atividades complementares

De acordo com a Resolução CONSEPE nº 009/2005, que trata do Regulamento das Atividades Complementares nos cursos de graduação, a integralização da carga-horária ocorrerá mediante a apresentação de certificados de participação em atividades complementares, resultantes de participação em eventos científicos, atividades de extensão e projetos de pesquisas.

3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso resultará das atividades desenvolvidas nos Seminários de Pesquisa I e Seminários de Pesquisa II e em conformidade com as normativas da Universidade Federal do Tocantins, Resolução Consepe n. 05/2011, Resolução Consuni n. 25/2017, Resolução Consuni n. 07/2015, Resolução Consuni n. 36/2017, e, também, em conformidade com o regimento de trabalho de conclusão de curso. Os trabalhos de conclusão de curso podem ser realizados na modalidade de monografia e artigo científico.

3.13 - Internacionalização

No segundo semestre de 2021, o Colegiado de Curso aprovou e promoveu, por meio de seus docentes, o Evento Internacional com o título Crise da História e Assombros da Memória: a disputa entre narrativas e o lugar e relevância da historiografia na contemporaneidade. Convidados externos de diversos países apresentaram mesas redondas sobre o tema e alunos, egressos e comunidade puderam dialogar com os apresentares ao longo de uma semana. O evento foi realizado de forma remota. A experiência adquirida com a realização desse evento internacional, que resultou na criação do Núcleo de Pesquisa História, Memórias, Imagens e Tecnologias, NUHMIT.

A partir desse núcleo os alunos serão incentivados a participarem de eventos internacionais e eventos anuais, cujas temáticas sejam relevantes para o debate histórico e historiográfico.

3.14 - Políticas de apoio aos discentes

A Política de Assistência Estudantil da UFT é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), em articulação com as demais Pró-Reitorias afins, e constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, permanência, acompanhamento e êxito dos(as) estudantes de graduação da UFT, na perspectiva da inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e democratização do ensino.

Além disso, busca identificar necessidades e propor programas de apoio à comunidade universitária, que assegurem aos(as) estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico, contribuindo para a redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Os programas de assistência estudantil da Proest são ofertados por meio de editais. O primeiro passo que o(a) estudante deve dar para participar dos programas é submeter a documentação exigida para análise socioeconômica, na Plataforma do Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios (Cubo), realizada no Programa de Indicadores Sociais (Piso). O setor de assistência estudantil analisa a documentação e emite parecer. Após análise socioeconômica

deferida, os(as) estudantes poderão se inscrever aos editais para concorrer aos auxílios, conforme critérios de cada edital, publicados na página da Proest: <https://ww2.uft.edu.br/proest>.

3.15 - Políticas de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), dispõe da Política de Extensão - Resolução nº 05, de 2 de setembro de 2020, com o intuito de ancorar as ações de extensão.

Para os fins da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Neste sentido, ressaltamos a relevância da normativa no tange a creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes e toda a comunidade acadêmica, sendo que a inserção curricular das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFT tem como objetivos:

I - ampliar e consolidar o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes;

II - aproximar e relacionar conhecimentos populares e científicos, por meio de ações acadêmicas que articulem a Universidade com os modos de vida das comunidades e grupos sociais;

III - estimular a formação em extensão no processo educativo e formação cidadã dos estudantes, proporcionando desenvolvimento profissional integral, interprofissional e interdisciplinar, alinhado às necessidades da sociedade;

IV - fortalecer a política de responsabilidade social da Universidade preconizado no PDI.

O processo de implantação da creditação da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Tocantins teve início em 2017, com o I Encontro de Creditação. Cabe às Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão propor programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão.

3.16 - Políticas de pesquisa

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia Legal, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento. Tem como principais eixos norteadores:

I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (Pibic);

II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação Stricto Sensu;

III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;

IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;

V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);

VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;

VII. Tradução de artigos;

A Propesq divide-se em Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria-Geral do Programa de Iniciação Científica (Pibic).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada.

Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Propesq instituiu o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do Pibic, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional.

3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reiterado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros documentos nacionais e internacionais. No contexto de promoção da Educação Inclusiva no Brasil, o crescimento de matrícula de estudantes com deficiência na Educação Superior é uma realidade. Porém, além do direito irrefutável à matrícula, busca-se atualmente a garantia do prosseguimento e do sucesso nos estudos superiores desses estudantes.

A UFT assume o compromisso com a inclusão ao criar a Comissão de Acessibilidade atendendo a todos os câmpus e cursos. Ressaltamos que a missão da UFT prevê para a Política de Inclusão a acessibilidade em suas variadas dimensões, são elas:

* Acessibilidade: “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei nº

* Acessibilidade atitudinal: ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

* Acessibilidade comunicacional: ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

* Acessibilidade digital: ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

* Acessibilidade Instrumental: ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

* Acessibilidade metodológica: ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), dentre outras.

3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Em 2003, quando do início de suas atividades, a UFT herdou a maior parte da estrutura física e administrativa da Universidade do Tocantins (Unitins). Como houve uma transformação significativa de personalidade jurídica e cultura institucional, as inúmeras dificuldades observadas nos primeiros anos de adaptação a um novo contexto foram inevitáveis. Com a realização dos primeiros concursos, seja para docentes, seja para técnicos administrativos, a UFT foi gradualmente promovendo sua expansão, ao mesmo tempo em que construía e amadurecia seus processos internos.

Nos últimos anos, é perceptível o avanço no alinhamento entre os processos de avaliação e de gestão. Para além do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), a criação e implementação de sistemas informatizados em setores-chave da gestão administrativa e acadêmica, tais como o processo de matrícula em disciplinas, reserva de veículos e espaços para aulas e eventos, gerenciamento de projetos, o cadastro unificado de bolsas e auxílios (CUBO), além do sistema de gestão Naus, responsável por monitorar o desenvolvimento das ações do PDI, segundo as unidades gestoras da UFT.

Neste contexto, destacam-se os trabalhos dos setores de Auditoria Interna – no sentido de controlar e fiscalizar o adequado cumprimento dos fluxos e procedimentos – e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – com vistas a evidenciar os resultados dos processos de avaliação interna, a fim de possibilitar a adoção de ações comprometidas com a melhoria institucional.

No que tange ao trabalho da CPA, os resultados das avaliações internas são encaminhados à gestão superior via relatórios periódicos, cujo principal documento é o Relatório de Avaliação Institucional, produzido anualmente. Estes relatórios são compartilhados com a comunidade

acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos), a fim de divulgar não apenas o modo como a UFT é avaliada, mas de que forma avançar nos eixos e dimensões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os mencionados sistemas, em constante desenvolvimento, revelam não apenas o esforço da gestão em atender às demandas apontadas pelo processo de avaliação interna, mas também das necessidades da própria sociedade. Assim, para que a evolução institucional seja permanente, faz-se mister estimular a observação crítica, a vivência, o permanente debate, a soma de experiências e a diversidade de ideias e atores, na perspectiva de que a universidade (trans)forma e é (trans)formada.

3.19 - Atividades docentes e/ou tutoria

Não se aplica ao Curso de História.

3.20 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem

O Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MTECHIS) criado e liderado pelo Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho, propõem que as TDIC sejam adotadas e apropriadas em várias dimensões. O grupo vem atuando em quatro linhas de pesquisa: Ensino de História, Mídias e Gamificação; Lúdico, mídias digitais e educação histórica; Tecnologias Digitais e Pesquisa em História; Tecnologias Digitais, Mídias e Sociedade. Consideramos que essas linhas podem contribuir para a execução do PPC. As pesquisas de graduandos e pós-graduandos em andamento no âmbito do MITECHIS, as quais sob a orientação do Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho, estão vinculadas às referidas linhas de pesquisa. O processo de ensino-aprendizagem proporcionado no interior do grupo, principalmente, nos seus encontros quinzenais, momento de leitura e discussão da literatura, já são em si contribuições para a execução do PPC. Os Trabalhos de Conclusão de Curso e as dissertações de mestrado futuros podem contribuir para os PPC apontando para a inserção das TDIC no processo formativo de licenciando e bacharéis em História.

Outro caminho que o grupo tem demonstrado a apropriação das TDIC é o das redes e mídias digitais e sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp, Youtube, StreamYard, criação de site para os eventos). Para acesso aos canais do MITECHIS, basta clicar no link seguinte: <https://linktr.ee/mitechis>. O grupo promove ao longo de seus dois anos de vigência, em cada semestre letivo, a interatividade entre discentes, docentes e comunidade externa, garantindo acessibilidade digital e comunicacional. Isso se comprova na apropriação de softwares online como o são o Stream Yard para a promoção de seus eventos acadêmicos. Destacamos a realização do Iº Simpósio Nacional em Mídias, Tecnologias e História, entre os dias 11 e 14 de abril de 2022; o Iº Colóquio Nacional de Cultura Pop e Tecnologias Digitais, realizado de 6 a 9 de junho, em parceria com o Observatório Carioca de Histórias em Quadrinhos e o Grupo de Pesquisa Universos Paralelos. Em ambos eventos, promovidos no canal do YouTube do MITECHIS, onde se encontram os recursos e conteúdos digitais, se discutiram as diversas possibilidades dos usos dos recursos da comunicação na pesquisa e no ensino interdisciplinar.

Outro evento que o MITECHIS promoveu foi o Iº Fórum Brasileiro de Segurança Digital: Controle, (in)segurança e invasões em webconferências públicas, entre os dias 3 e 4 de

novembro de 2021. Esse fórum contou com a presença de diversos especialistas, entre eles, programadores, agentes da segurança pública, juristas, historiadores e cientistas sociais, os quais apontarão caminhos para pensar sobre a segurança digital na contemporaneidade, a proposição de políticas públicas e os possíveis projetos de lei para resolução dos crimes cibernéticos. Por fim, além das conferências de abertura e encerramento das atividades do grupo, cujos temas também estão vinculados aos assuntos e desafios contemporâneos, o MITECHIS tem contribuído com a problematização das TDIC a partir de um projeto de extensão intitulado Surfando nos Acervos Digitais.

Enfatizamos que essa atividade, assim como as outras citadas, possibilita experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas no uso das TDIC na medida em que, ao ser oferecida para discentes, docentes, professores de ensino básico, de várias áreas do saber, e a comunidade externa à Universidade, ensina na prática como se apropriar e adquirir uma melhor navegação nos Acervos Digitais das principais instituições brasileiras.

Por fim, há que se ressaltar que MITECHIS não se restringe à fórmula “Mídias, Tecnologias e História”, uma vez que, como vem se constatando nas pesquisas e nos resultados dos eventos e atividades, o tema das Humanidades Digitais vem se apresentando cada vez mais dentro do grupo, seja nos projetos de Iniciação Científica ou mestrado realizados pelos seus membros, os quais utilizam as tecnologias computacionais no campo da humanidades, ou seja na proposição de dossiês em revistas científicas e na participação em eventos como é o caso da I Jornada Nacional e Internacional, Educação e Interculturalidade: Reflexões e perspectivas na contemporaneidade, ocorrida nos dias 29, 30 de junho e 01 de julho de 2022, que contou com uma mesa redonda do MITECHIS intitulada Humanidades digitais, educação e interculturalidade: dilemas do mundo contemporâneo.

3.21 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Para o acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem o processo avaliativo a ser desenvolvido visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”

Foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

- Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

- Corpo de professores/ pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/ políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na

carreira docente; entre outros.

- **Corpo discente:** integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex- alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno;

- **Corpo de servidores técnico- administrativos:** integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

- **Currículos e programas:** concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/ rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático- pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

- **Produção acadêmico- científica:** análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

- **Atividades de extensão e ações de intervenção social:** integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

- **Infraestrutura:** análise da infraestrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

- **Gestão:** administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

- **Convênios e parcerias:** análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

O acompanhamento ou processo de avaliação é um dos momentos mais importantes envolvendo qualquer processo, quer seja ele acadêmico ou não. O mais importante dentro de um processo avaliativo são os instrumentos e os critérios que são utilizados como referenciais para efetuar o processo de avaliação de um determinado evento. O curso será avaliado periodicamente levando- se em consideração os vários momentos pelos quais irá passar. Havendo necessidade de surgimento de novas demandas ou novas técnicas propostas

pedagógicas, o mesmo deverá se adequar. À coordenação, caberá o acompanhamento e a proposição de mudanças necessárias ao bom desenvolvimento e a manutenção ou melhoria da qualidade do curso. No campo de ação acadêmica, o aluno deverá ser avaliado permanentemente e conforme as formas de se avaliar o rendimento dos estudantes serão observadas as normas regimentais da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Este PPC será avaliado sistematicamente por meio de relatório elaborado pelo Colegiado de Curso, visando refletir sobre o cumprimento de seus objetivos, perfil do profissional, habilidades e competências, estrutura curricular, pertinência do curso no contexto regional, corpo docente e discente.

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso usará, também, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões em relação às experiências vivenciadas, aos conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. Tal avaliação deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes do Projeto e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso, para possibilitar que as mudanças se deem de forma gradual, sistemática e sistêmica. Seus resultados subsidiarão e justificarão reformas curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material, etc. Sendo assim, a avaliação do Projeto Pedagógico será bienal, com a participação da comunidade para sua readequação e também para servir de retroalimentação do processo e fundamentação para tomada de decisões institucionais, que permitam a melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação permanente e contínua do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir o sucesso do currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, considerando que ele é dinâmico e flexível e deve passar por constantes avaliações.

No âmbito da avaliação do curso o processo é assumido pelo NDE, com o objetivo de focar as dimensões da avaliação semestral das disciplinas pelo aluno e pelo professor; a avaliação do desempenho do professor e do aluno; e a avaliação da gestão acadêmica do curso (colegiado e coordenação de curso).

3.22 - Integração com as Redes Públicas de Ensino

Quanto a relação entre o Curso de História de Porto Nacional e as escolas da rede de educação básica do Tocantins, entende-se que a integração entre o ensino básico e o ensino superior deve ser condição básica para a democratização de um ensino de qualidade. As aspirações de uma devem ser as mesmas do outro; assim como as propostas didáticas/pedagógicas de uma das etapas do ensino devem ser levados em consideração pela outra. O acesso ao conhecimento, tanto para a constituição de uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de romper com as práticas autoritárias e conservadoras, deve permitir tanto o preparo com qualidade para o mercado de trabalho quanto a formação de um ser humano consciente de

suas responsabilidades individuais e coletivas. A formação em História deve se ocupar com a conexão entre os saberes escolares básico e superior e com uma integração disciplinar capaz de minorar os problemas que cercam os egressos do ensino médio.

É preciso insistir na busca de compreensão acerca do problema da separação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, algo que pode ajudar a pensar um currículo que conjugue sólida formação específica e as didáticas necessárias ao ensino de História.

Tendo em vista a formação de um profissional que saiba pesquisar e ensinar, em razão da ampliação do campo de trabalho do historiador, o Curso de História de Porto Nacional busca oferecer aos egressos da educação básica uma sólida formação para o desenvolvimento em atividades em bibliotecas, museus, arquivos. É necessário potencializar os estudos oferecidos na estrutura curricular do curso, preparando o aluno para a docência e para o exercício de atividades em outras áreas como a arquivologia, a museologia e arqueologia, entre outros. O estado do Tocantins e outros da Região Norte necessitam formar profissionais que saibam lidar com o ensino de História em sala de aula e que estejam preparados para desenvolver outras atividades que fazem parte do universo profissional do historiador. Para tanto, a formação curricular do novo PPC deve levar em consideração os usos de espaços de pesquisa disponíveis no Campus de Porto Nacional, como os diversos núcleos e laboratórios. Tais espaços devem se consubstanciar em ferramentas de ensino e pesquisa. Sendo assim, disciplinas práticas devem ser organizadas, visando aproveitar os recursos que estão disponíveis nesses espaços.

Com essas preocupações, pensou-se um projeto político pedagógico ancorado na ideia da interdisciplinaridade, buscando uma integração entre os saberes e o diálogo profícuo entre as disciplinas curriculares. Destaca-se ainda mais a importância da interdisciplinaridade quando a intenção é formar professores, por isso, pensamos nas práticas como componente curricular como locus privilegiado para romper o engessamento dos domínios dos conhecimentos específicos. Busca-se, então, a partir de práticas interdisciplinares romper o caráter estanque das disciplinas, relacionando-as umas às outras.

4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL

4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Colegiado de História de Porto Nacional, foi instituído pela Portaria N. 708, de 18/04/2016 e é orientado pela Instrução Normativa Nº 010/2021 CDRG/DPEE/PROGRAD. Este NDE conta atualmente com seis membros, dentre os quais a atual coordenadora do curso. Todos os professores que integram este Núcleo Docente são Doutores (possuem pós-graduação *stricto sensu*) o que atende ao artigo nº4 da Instrução Normativa Nº 010/2021 CDRG/DPEE/PROGRAD e atuam em regime de Dedicção Exclusiva (DE). O NDE do Colegiado de História de Porto Nacional atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho. Além disso, mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

Atuais membros deste NDE:

Angela Teixeira Artur

Êça Pereira da Silva (Coordenadora de curso)

Marcelo Santos Rodrigues

Regina Célia Padovan (Presidente do NDE)

Vasni de Almeida

Vitor Hugo Abranche Oliveira

4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores

O corpo docente do curso de História é composto por 19 (dezenove) professores. São realizadas reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias, conforme a necessidade, nas quais os professores se reúnem para discutir os componentes curriculares e a inter-relação entre eles, debater a bibliografia atualizada para o curso, analisar/aprovar projetos de extensão e projetos de pesquisa que sejam viáveis e interessantes para o perfil do egresso. Todas as reuniões são registradas em atas devidamente lavradas e assinadas.

Todos os dezenove professores possuem o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, dividindo seu tempo em dedicação à docência, a projetos de extensão e projetos de pesquisa, atendimento aos discentes, planejamento didático, participação no colegiado.

Os docentes possuem vasta experiência de pesquisa, sendo todos doutores. Para melhor atuação em curso de licenciatura, os professores possuem vasta experiência no ensino básico, o que colabora para a formação consistente dos discentes. Tal característica os permite uma maior proximidade com a formação de professores e com os alunos da rede pública de educação.

A seguir apresentamos a quantidade de anos de atuação no Ensino Básico dos professores que dispõem de tal experiência: Alexandre Borges (2 anos), Angela Artur (1 ano), Ariel Nascimento (15 anos), Benvinda Dourado (18 anos), Cleube Alves (12 anos), Êça P. Silva (6 anos), George Coelho (7 anos), Marcelo Fagundes (5 anos), Marcelo Rodrigues (7 anos), Marcos Arraes (3 anos), Odair Giralдин (3 anos), Regina Célia (12 anos), Rodrigo Porelli (1 ano), Vasni de Almeida (10 anos), Vitor de Oliveira (3 anos).

A relevante experiência na educação básica em mais de 80% dos docentes do curso permite uma atuação didático pedagógica diferenciada para com os licenciandos nas diferentes disciplinas, junto aos futuros professores. Além disso temos as disciplinas de estágio supervisionado ao longo do curso, acrescido ainda do diálogo construído com a dimensão do ensino, nas disciplinas que dispõem da prática como componente curricular (PCC).

4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso

Nome	E-mail	Lattes
Angela Teixeira Artur	angela.artur@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1842477894657637
Alexandre da Silva Borges	prof.alexandreborges@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3628774912594179
Ariel Elias do Nascimento	ariel@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8429289481219966
Benvinda Barros Dourado	benvinda@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8284913139954105
Cleube Alves da Silva		http://lattes.cnpq.br/7090733062602500
Denilson Barbosa de Castro	denilsoncastro@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6756256684452145
Êça Pereira da Silva	ecapereira@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8817987296767214
Fabio Bacila Sahd		http://lattes.cnpq.br/3892346066752212
George Leonardo Seabra Coelho	george.coelho@hotmail.com	http://lattes.cnpq.br/8547171534862098
Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes	marcelogbf@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9298111136798290
Marcelo Santos Rodrigues	marcelorodrigues@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7685802492506664
Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes	marcos.arraes@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6477645030306199
Marcos Aurélio Camara Zimmermann	maczimmermann@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0911141023365077
Mirian Aparecida Tesserolli	mirian@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1052196082160111
Marina Haizenreder Ertzogue	marina@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8782125323284470
Odair Giralдин		http://

		lattes.cnpq.br/6898659315585888
Regina Célia Padovan	reginapadovan@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7785933812953260
Rodrigo Poreli Moura Bueno		http://lattes.cnpq.br/0847570595210977
Vasni de Almeida	vasnialmeida@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8489955625630790
Vitor Hugo Abranche de Oliveira	oliveira.vha@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3540558249390894

5 - INFRAESTRUTURA

5.1 - Infraestrutura do câmpus

5.1.1 - Sala de Direção do câmpus

Localizada no Bloco Administrativo, a Direção do Campus conta diretamente com o apoio dos serviços de Assessoria de Comunicação e Seção de Apoio à Direção. E de forma indireta com o suporte dos demais setores administrativos que auxiliam na gestão do campus. O espaço da sala da Direção está dividido em uma antessala (recepção), uma sala destinada a chefia de gabinete e a assessoria de imprensa do Câmpus Universitário e a sala do Diretor com uma sala ampla para reuniões.

5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes

Como apoio aos docentes, o Campus disponibiliza 44 salas exclusivas para atuação de Coordenadores de Curso e de gabinetes de Professores.

A sala da Coordenação e da Secretaria do Curso de Graduação em História do Campus de Porto Nacional está localizada no Bloco Centro de Gestão Educacional (CGE) abrigando mesas, armários e computadores do Coordenador e Secretaria do Curso. A secretaria e coordenação do curso dispõe de uma impressora que fica instalada numa das dependências do bloco e serve de uso comum das demais coordenações dos cursos. Os professores geralmente recorrem os serviços de impressão para os planos de curso, textos e avaliações.

A coordenação de curso atende as ações acadêmicas requeridas pela função, sobretudo nas orientações junto aos alunos nos períodos de renovação de matrículas, uso do sistema, apresentação do currículo do curso, assim como o aproveitamento de disciplinas e atividades complementares.

A sala de Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas, PPHispam, está abrigada no mesmo bloco. A sala dispõe de 2 armários de gaveta; 1 mesa grande de escritório, 1 mesa para computador, 2 cadeiras; 1 computador de mesa e uma secretaria para providências e necessidades do curso.

5.1.3 - Salas de aula

Atualmente o Campus de Porto Nacional conta com 38 (trinta e oito) salas de aula, sendo 02 (duas) no bloco NEAMB I e 36 no bloco X(3P), o qual é de uso exclusivo para aulas.

As salas de aula do curso estão alojadas no 1º andar do Bloco X do campus. O curso dispõe de 04 salas de aula, todas estão equipadas com quadro para pincel branco e data show para uso dos docentes e alunos.

A sala é bem arejada e com ótima iluminação, e ainda tem amplo espaço para mais de 30 cadeiras com braço para uso dos discentes. Em sala de aula, alunos e professores tem acesso ao sinal da internet para uso nas aulas ou acesso aos sites e textos disponíveis.

5.1.4 - Instalações Administrativas

O Campus de Porto Nacional possui um prédio intitulado Bloco Administrativo no qual estão distribuídas as salas onde funcionam exclusivamente setores administrativos da unidade, como Direção do Campus, Setor de Transporte, CSA - Comissão Setorial de Avaliação, Departamento de Gestão de Pessoas, Coordenação de Planejamento e Administração, Divisão de Logística e Suprimentos, Secretaria Acadêmica, Setor de Protocolo, entre outros. Há ainda outros setores de apoio administrativo como a Coordenação de Infraestrutura, Setor de TI e Secretarias de Cursos de Graduação e Pós-graduação que funcionam em outros blocos (Bloco II e CGE).

5.1.5 - Estacionamento

Devido à grande extensão do Campus, a universidade (Campus Porto) possui diversas áreas de estacionamento, sendo o estacionamento do bloco administrativo na entrada do Campus, o maior e mais importante, pois atende ao público interno e externo. Além desse espaço, ainda temos os estacionamentos da biblioteca, do bloco X e do NEAMB, que atendem prioritariamente ao público interno.

5.1.6 - Acessibilidade

A UFT busca o cumprimento da portaria nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999, assegurando às pessoas com deficiência condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu Câmpus, tendo como referência a Norma Brasileira NBR-9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

O Campus de Porto Nacional atende às exigências do Decreto N. 5.296/2004, que assegura às pessoas com deficiência melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalho. Nesse sentido, há reserva de vagas exclusivas nos estacionamentos do

Campus e uma rampa de acesso ao bloco administrativo.

No Bloco de salas de aula (Bloco X), há elevadores para pessoas com dificuldades de locomoção. O campus possui ainda passarelas cobertas com sombrites que interligam os blocos, construídas com piso podotátil para viabilizar a locomoção de pessoas com deficiência visual. Há também alguns banheiros adaptados para atender às necessidades de pessoas com dificuldades de locomoção.

5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais

Além dos equipamentos tecnológicos que atendem às necessidades dos setores administrativos e acadêmicos, como computadores pessoais, scanners, telefonia fixa e seus ramais, nobreaks, entre outros, o Campus de Porto Nacional conta ainda com um laboratório de informática (LABIN) que atende a comunidade acadêmica e a comunidade de Porto Nacional em geral, dispondo de 24 (vinte e quatro) máquinas novas e seminovas. Destaca-se ainda, a existência de outros laboratórios de informática de usos específicos, somando um quantitativo de 86 computadores, além de equipamentos de audiovisual, todos em plenas condições de uso.

5.1.8 - Biblioteca

A biblioteca "Maria Revy Veloso de Andrade" possui 835,4 m², totalmente climatizada e composta por 04 módulos de estudo individual, 07 mesas para estudo em grupo com 52 assentos, além de uma sala para gerência e processamento técnico. O acervo físico atual conta com 39.679 exemplares distribuídos nas diferentes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra; Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Engenharia/ Tecnologia; Multidisciplinar/ Outros e Linguística, Letras e Artes.

Todo o acervo físico é informatizado, tombado e composto por livros impressos, Cds, Dvds, Monografias, Dissertações, Teses, voltados para as áreas de conhecimento relacionadas aos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), bem como os cursos de pós- graduação do campus de Porto Nacional.

Quanto ao acervo virtual, a UFT oferece o acesso ininterrupto à um dos maiores acervos científicos virtuais do País o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), do Portal SBE – Saúde baseada em evidências.

Há também o Portal de Periódicos da PROPESQ/UFT, que atualmente conta 26 (vinte e seis) títulos de periódicos científicos produzidos pela UFT e mais o Portal de Livros da Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT) que permite o acesso a livros e coletâneas em formato digital (EPUB/PDF).

Há ainda o Repositório institucional da UFT contempla um conjunto de serviços que visa a gestão e disponibilização digital da produção intelectual científica de autores da UFT, incluindo trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Os acessos aos títulos virtuais podem ser realizados por meio dos terminais de consulta, há 2 (dois) PCs destinados a esse fim na Biblioteca ou por

equipamento particular (celular e/ ou notebook) do usuário conectado à rede de internet (Wi-fi) da UFT, no campus há também o laboratório de informática cujo os PCs também podem ser

usados para esse fim. No que confere o acesso a ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, a biblioteca conta com um computador adaptado aos processos de acessibilidade, possui ainda leitor ótico e ampliador de tela.

A UFT tem atualizado seu acervo bibliográfico por meio de aquisição sistemática, tendo em vista a otimização dos recursos e o melhor atendimento às necessidades dos cursos. Os recursos para aquisição são distribuídos dentro da matriz dos câmpus pela Pró- Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap). A política de aquisição e expansão do acervo das bibliotecas da UFT prioriza a compra das bibliografias básicas e complementares que constam nas ementas das disciplinas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). O acervo atende as demandas dos cursos com a oferta de livros básicos por disciplina na proporção de um exemplar para cada grupo de até cinco alunos.

De acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFT, será elaborado o Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato especial, este plano de aquisição de acervo bibliográfico em formato acessível aos estudantes com deficiência, consiste na utilização de diferentes recursos e ajuda técnica para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

Neste plano estaremos contemplando a acessibilidade informacional respeitando o mínimo 5% de materiais de leitura em formato acessível (livros em Braille, áudio- livros, livros digitais, entre outros), conforme recomendação da ABNT – NBR 9050, que atendam a critérios de qualidade na adaptação das obras.

O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTIS como objetivos específicos:

- * Elaborar política de desenvolvimento e atualização e expansão das coleções e acervos da UFT;
- * Elaborar política de contingência dos serviços, produtos
- * Desenvolver política de atendimento educacional especializado nas bibliotecas da UFT;
- * Fortalecer as bibliotecas como espaços acessíveis e inclusão cultural e educacional de pessoas com deficiências, a partir dos direitos humanos
- * Buscar a inclusão no orçamento do sistema de bibliotecas recursos destinados à remodelação e adequação da estrutura e dos espaços, mobiliário e atualização tecnológica;
- * reestruturar a disponibilização do catálogo on- line das coleções por tipo de material entre outros.

Quanto a equipe atualmente a biblioteca conta com 02 (dois) bibliotecários e 07 (sete) técnicos administrativos. O horário de funcionamento é de segunda à sexta- feira das 8hs às 21h30min.

5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)

5.1.8.2 - Periódicos especializados

A biblioteca do campus de Porto Nacional dispõe de 146 coleções de periódicos distribuídos nas grandes áreas das Ciências Humanas, Letras e Artes (5.319 volumes); Ciências Sociais Aplicadas (1.216 volumes); Ciências Exatas e da Terra (1.673 volumes); Ciências Agrárias (298 volumes); Ciências Biológicas (1.832 volumes); Multidisciplinar (418 volumes); Engenharia/Tecnologia (92 volumes); Ciências da Saúde (163 volumes) e Linguística, Letras e Artes (3.448 volumes).

Desde julho de 2020 o curso de História e o Mestrado de História das Populações Amazônicas conta com a Revista Antígona. Publicada semestralmente desde 2021 pode ser livremente acessada na página: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/issue/archive>.

5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar

O presente relatório de adequação das bibliografias básica e complementares do PPC do curso foi realizado mediante as informações obtidas junto à biblioteca do campus e pela conferência dos docentes.

O NDE solicitou aos docentes o preenchimento de um formulário por unidade curricular (UC), a partir do levantamento realizado pela biblioteca. As informações basearam-se na identificação da disciplina – carga horária, ementa e objetivos e, em especial, a indicação das bibliografias básicas e complementares indicadas no PPP do curso, sua disponibilidade na biblioteca do campus e número de exemplares, além da indicação do material físico ou virtual.

A conferência foi realizada pelos professores tomando como base o número de 03 exemplares da bibliografia básica e 05 indicações de bibliografias complementares. Na ausência da bibliografia no acervo da biblioteca, foi solicitado que se possível um outro título em substituição livro ou artigo de acesso virtual.

Por fim, o NDE diante do levantamento e conferência das informações está ciente da regularidade do acervo indicado no PPC do curso e respectiva estrutura curricular.

5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios

O Campus de Porto Nacional dispõe de 02 auditórios, sendo um no próprio campus que foi reformado recentemente com capacidade para 82 ocupantes sentados, e outro no prédio CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Extensão e Cultura (UFT-Centro) que teve sua reforma concluída em 2021 e está em pleno funcionamento, cuja capacidade é de 100 pessoas sentadas.

5.1.10 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP- UFT), reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 3 de dezembro de 2005, é uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, realiza a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculada a CONEP e tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos principalmente em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados. O CEP-UFT possui composição interdisciplinar e integrado por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes.

O processo de submissão de projetos de pesquisa ao CEP-UFT é realizado pela Plataforma Brasil.

5.1.11 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua) da UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. À Comissão compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de atividades envolvendo o uso científico e didático de animais.

O principal papel de uma Comissão de Ética não é o de revisão de projetos de pesquisa, mas sim o de desenvolver um trabalho educativo e de conscientização continuados, buscando permear e influenciar o comportamento das pessoas que utilizam animais em pesquisa e ensino.

Portanto, este comitê, conforme seu Regimento Interno, tem como atribuição promover a ética de toda e qualquer proposta de atividade de ensino, pesquisa e extensão que envolva, de algum modo, o uso de animais não-humanos pertencentes ao Filo Chordata, Subfilo Vertebrata como determina a Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008 e as Resoluções Normativas editadas e reformuladas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

5.1.12 - Área de lazer e circulação

O Campus de Porto Nacional conta com 1(uma) lanchonete e 1 (um) restaurante universitário, que ofertam serviços de refeições para a comunidade universitária. Conta com 3 (três) espaços de convivência para as pessoas que permanecem por mais tempo no interior do campus. O Campus possui também uma grande área verde, que serve de moradia para um diversificado conjunto de fauna silvestre. O campus está localizado em uma área de cerrado strictu sensu, e apresenta uma arborização voltada para a manutenção e inserção de espécies do cerrado. A partir do Plano Diretor do Campus de Porto Nacional espera-se que a sua expansão física possa se pautar no necessário equilíbrio entre edificações e áreas verdes, preservando o meio ambiente. O Campus conta ainda com coleta seletiva de resíduos sólidos.

5.1.13 - Restaurante Universitário (se houver)

5.2 - Infraestrutura do curso

5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso

O curso de História utiliza como espaço e ambiente articulado com as demais licenciaturas, o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE o qual disponibiliza computadores, impressoras, e armários como equipamentos a serem utilizados pelos alunos de História e demais cursos ofertados pelo campus da Universidade Federal do Tocantins.

5.2.2 - Laboratórios específicos para o curso

O curso de História visando o bom desenvolvimento do aprendizado do aluno no que se refere a capacitação do profissional na docência, no ensino, na pesquisa e na extensão, o curso disponibiliza como ferramentas os seguintes espaços de formação:

* CDH - Centro de Documentação Histórica: possui seis leitores de microfilme e dois computadores com acesso à internet, bem como acervo em microfilmes de periódicos depositados na Biblioteca Nacional, com ênfase no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Seu público alvo são os estudantes e pesquisadores da área de História.

* LAPHIS - Laboratório de Arqueologia Histórica / Pré – Histórica & Educação Patrimonial: foi idealizado e criado em outubro de 2010 e tem por finalidade o apoio, a promoção, a execução, direta e indiretamente de planos, programas, projetos e atividades relacionados com a preservação, a pesquisa, a documentação e a valorização e preservação do Patrimônio histórico- cultural Paisagístico Natural e Urbano, Arqueológico Histórico/ pré- histórico e Educacional bem como de iniciativas voltadas para a preservação e desenvolvimento da Educação Patrimonial, no Estado do Tocantins e nos demais Estados da Federação, em âmbito nacional e internacional.

* SALA PIBID/RP – Espaço destinado aos encontros de formação dos alunos participantes dos programas institucionais de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), para alunos do 1º ao 5º períodos do curso, selecionados em editais próprios; e do Residência Pedagógica (RP) para alunos da segunda metade do curso, selecionados mediante vagas em editais. O espaço atende os licenciandos bolsistas e ou voluntários, para fins de leituras e planejamento das atividades requeridas pelos programas.

5.2.3 - Coordenação de curso

A sala da Coordenação e da Secretária do Curso de Graduação em História do Campus de Porto Nacional está localizada no Bloco Centro de Gestão Educacional (CGE). A sala está mobiliada com duas mesas com cadeiras e dois computadores (para a coordenação e outra para a secretária), dois armários e um arquivo que guardam documentos do curso, sendo que alguns antecedem a própria UFT, datando à época da UNITINS.

A secretária e coordenação do curso dispõe de uma impressora de uso comum das demais coordenações dos cursos instalada numa das dependências do bloco. Os professores

geralmente recorrem os serviços de impressão para os planos de curso, textos e avaliações, mas desde 23 de agosto de 2022 os docentes contam com uma reprografia instalada no bloco X, na qual cada um tem uma cota de 500 impressões. .

A coordenação de curso atende às ações requeridas pela função, sobretudo nas orientações junto dos alunos nos períodos de renovação de matrículas, uso do sistema, apresentação do currículo do curso, assim como o aproveitamento de disciplinas e atividades complementares. A coordenação é ainda responsável pela atribuição de aulas semestralmente, organização das reuniões do colegiado e atividades de ensino, acompanhamento dos projetos de pesquisa e extensão e promoção de eventos acadêmicos.

5.2.4 - Bloco de salas de professores

6 - REFERÊNCIAS

CAETANO, Ana Paula; SILVA, Maria de Lurdes. Ética profissional e Formação de Professores. Sífiso: Revista de Ciências da Educação, n. 8, jan/abr,2009.

BRASIL, Constituição Federal, 1988.

BRASIL, Lei nº 9394/96, de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/1996.

BRASIL, Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015

BRASIL, Convenção Internacional de Direitos Humanos, 2009.

CARDOSO, J. S.; ARANTES, P. C. C. (Org.). Diálogos sobre o ensino e aprendizagem em tempos de resistência. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cartolina, 2021. v. 1

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2013.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1990.

NEDER, Ricardo T (Org.). A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010, (1a. ed.) 2013 (2a. ed.).



Campus de Porto Nacional
Colegiado do Curso de História

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1º - O presente Regimento disciplina o funcionamento do Colegiado do Curso de História do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º - O Colegiado de Curso de História é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade acompanhar a implementação e a execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - A administração do Curso de História do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Coordenação de Estágio do Curso;

b) Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

a) Secretaria do curso;

b) Estagiários do curso.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º - O Colegiado do Curso de História é constituído por:

I - Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III - Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso (conforme o Artigo de nº 36 do Regimento Geral da UFT).

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5º - São competências do Colegiado de Curso, conforme o Artigo de nº 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;
- II - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
- III - Estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - Opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
- V - Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI - Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
- VII - Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - Propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;
- X - Eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º - As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com 48 horas de antecedência, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 2º - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 24 horas, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 3º - Não havendo quórum deliberativo uma nova reunião em caráter extraordinário deverá ser convocada dentro das 24 horas subseqüentes;

§ 4º - As inclusões de pauta deverão ser encaminhadas por escrito ou via correio eletrônico até 24 horas anteriores à convocação das reuniões ordinárias;

§ 5º - Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de *quórum* e de voto serão considerados apenas os professores em pleno exercício de suas atividades acadêmicas;

§ 6º - No início das reuniões colegiadas deverá ser estipulada uma duração para o seu término, em caso do não esgotamento de sua pauta esta deverá ser apreciada em reunião posterior;

§ 7º - Terão poder de voz e voto todos os membros efetivos;

§ 8º - Os membros substitutos, voluntários e não efetivos terão somente direito à voz;

§ 9º - Os representantes discentes legalmente indicados pelos seus pares terão direito à voz e voto na proporcionalidade de 20% do quadro docente efetivo;

§ 10 - Os discentes regularmente matriculados que optarem por participar das reuniões terão direito a voz desde que a palavra seja concedida pela plenária;

§ 11 - Os informes deverão ser breves e objetivos e não poderão ultrapassar o tempo total de 30 minutos;

§ 12 - Para efeito de facilitar a confecção das Atas, as reuniões colegiadas poderão ser gravadas em equipamentos patrimoniados na Universidade Federal do Tocantins, sendo que tão logo se proceda à consulta das fitas, as mesmas deverão ser apagadas e esse procedimento será de inteira responsabilidade do Coordenador de Curso.

Art. 7º - O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões tem prioridade sobre todas as demais atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as ausências nas Reuniões Colegiadas deverão ser prévia e oficialmente comunicadas e justificadas.

§ 1º - As ausências justificadas dos membros docentes efetivos deverão ser apreciadas pelo colegiado que será soberano na decisão sobre o abono ou não das mesmas;

§ 2º - A ausência não justificada dos membros docentes efetivos em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, tanto ordinárias quanto extraordinárias, acarretará na perda do direito de votar e ser votado durante o semestre e de ser apreciada toda demanda que requeira financiamento da instituição;

§ 3º - Nos demais casos observar-se-á a Seção IV do Regime Disciplinar do Regimento Geral da UFT;

§ 4º - Em conformidade com o Artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o membro do colegiado pode ser advertido pelo Coordenador do Curso caso desrespeite ao mesmo e aos demais membros do Colegiado com ofensas de natureza ética, moral, racial ou sexual.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8º - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Artigo 32 do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º - Caberá ao Coordenador do Curso a indicação de um Coordenador Interino para substituí-lo em suas ausências justificadas;

§ 2º - Em reuniões deliberativas, além de seu voto, o Coordenador de Curso, em caso de empate, terá também o voto de qualidade;

Art. 9º - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Indicar mediante aprovação do Colegiado de Curso um professor responsável pela coordenação do Estágio Supervisionado;

II - Indicar mediante aprovação do Colegiado de Curso um professor responsável pela coordenação do TCC;

III - Convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

IV - Designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

V - Executar dentro de suas atribuições legais, “ad referendum” do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 - À Secretaria, órgão executor dos serviços administrativos, compete:

I - Encarregar-se do atendimento junto à Coordenação;

II - Auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;

III - Instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador e demais membros do Colegiado;

IV - Executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;

V - Elaborar e enviar a convocação aos membros do Colegiado, contendo a pauta da

reunião, com o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência das reuniões ordinárias e 24 (vinte e quatro) horas das reuniões extraordinárias;

VI - Secretariar as reuniões do Colegiado;

VII - Redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;

VIII - Manter o controle atualizado de todos os processos;

IX - Manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;

X - Auxiliar as atividades dos coordenadores de TCC e coordenadores e professores do Estágio Supervisionado;

XI - Manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;

XII - Executar outras atividades inerentes à área.

CAPÍTULO VIII DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de História reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso – PCC –, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

Art. 12 - O currículo pleno envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso será proposto pelo Colegiado de Curso;

§ 1º - A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias;

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e da legislação de Educação Superior Brasileira;

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT;

Art. 16 - Em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT é assegurado ao aluno o direito de vistas e à revisão de prova ou tarefa escrita e este procedimento deverá ser feito de acordo com o Calendário Acadêmico do semestre vigente.

§ 1º - A revisão de nota da prova escrita, quando solicitada pelos discentes, será analisada pelo professor da respectiva disciplina, que deverá emitir seu parecer por escrito;

§ 2º - Caso não aceito pelo discente, a revisão de nota da prova escrita, será solicitada à Coordenação do Curso que encaminhará para apreciação do Colegiado;

§ 3º - O Colegiado irá constituir uma Comissão com três professores das áreas afins, sendo o professor titular e mais dois para a avaliação final;

§ 4º - As provas e trabalhos escritos que não forem finais serão analisados pelo professor, devendo este emitir parecer. Os discentes não satisfeitos com este parecer deverão encaminhar o pedido à Coordenação do Curso que encaminhará às instâncias superiores ou dará parecer conclusivo sobre o caso;

§ 5º - A constatação pelo docente de irregularidades em quaisquer espécies e natureza de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito do curso de História será motivo de anulação de suas respectivas notas e aproveitamentos obtidos e aplicação das normas previstas no Regimento Geral da UFT.

Seção II Da Oferta de Disciplinas

Art. 17 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do Planejamento Semestral e aprovada pelo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico. Em caso da mesma disciplina ser pleiteada por mais de um docente aplicam-se os critérios excludentes conforme a ordem abaixo discriminada.

- 1) Área de concurso do docente e de sua atuação na UFT;
- 2) Tempo de experiência docente na UFT na área em que se insere a(s) disciplina(s);
- 3) Produção na área da disciplina, via Currículo Lattes e por critérios estabelecidos pela CAPES;
- 4) Maior titulação;
- 5) Maior tempo de trabalho na UFT;
- 6) Docente com maior idade.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 19 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Porto Nacional-TO, 15 de Abril de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 26, DE 11 DE AGOSTO DE 2021 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre os **estágios obrigatórios e não obrigatórios** da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 11 de agosto de 2021, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Normativa dos **estágios obrigatórios e não obrigatórios** da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Revogar as Resoluções Consepe números 03/2005 e 20/2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.001380/2021-08.

EDUARDO JOSÉ CEZARI
Pró-Reitor de Graduação, no Exercício da Reitoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

NORMATIVA DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

Anexo da Resolução nº 26/2021 - Consepe

Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 11 de agosto de 2021.

Palmas/TO,
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 26/2021 – CONSEPE

NORMATIVA DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

CAPÍTULO I

Da Conceituação dos Estágios

Art. 1º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

CAPÍTULO II

Das Modalidades de Estágio

Estágio Obrigatório

Art. 3º O Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Art. 4º O estágio curricular obrigatório exige matrícula no curso e na disciplina referente ao estágio, e respeito aos pré-requisitos estabelecidos no Projeto Pedagógico do curso.

Parágrafo único. Os professores das disciplinas de Estágio designado pelo colegiado do curso é o professor orientador de estágio.

Art. 5º É facultativa a concessão de bolsa estágio e auxílio-transporte no estágio obrigatório, nos termos da lei 11.788/2008.

Estágio Não Obrigatório

Art. 6º O Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, conforme previsto no Projeto Pedagógico do curso.

Art. 7º É compulsória a concessão de bolsa estágio e auxílio-transporte no estágio não obrigatório, nos termos da lei 11.788/2008.

§ 1º É permitida a realização de estágio obrigatório concomitantemente com um estágio não obrigatório, desde que haja compatibilidade de horário e que a carga horária semanal não ultrapasse 40 horas, nos termos da Instrução normativa nº 213/2019 do Ministério da Economia.

CAPÍTULO III

Da Operacionalização dos Estágios

Art. 8º A gestão administrativa dos estágios obrigatórios e não obrigatórios será de competência das centrais de estágio de cada campi, conforme competências e fluxos estabelecidos pela UFT.

Art. 9º A gestão pedagógica dos estágios obrigatórios e não obrigatórios será de competência dos colegiados de cada curso, conforme competências e fluxos estabelecidos pela UFT.

Art. 10. A Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP) e suas respectivas unidades de Gestão Recursos Humanos (GDH), assumirão as responsabilidades e competências de Unidades Concedentes de Estágio, no caso dos estágios não obrigatórios internos, realizados no âmbito da UFT, conforme IN nº 213/2019 do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de estágio com bolsa no âmbito da UFT, ao discente que possua vínculo empregatício de qualquer natureza e/ou que seja beneficiado por qualquer modalidade de bolsa interna ou externa, com exceção de auxílios financeiros instituídos no âmbito da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Art. 11. A realização do estágio curricular obrigatório ou não obrigatório requer:

- I – Convênio entre a UFT e a Unidade Concedente do Estágio;
- II – Comprovação de matrícula em curso de graduação da UFT, para o estágio não obrigatório;
- III – Comprovação de matrícula em disciplina de estágio supervisionado, para o estágio obrigatório;
- IV – Matrícula e frequência do aluno no curso de graduação ao qual está vinculado;
- V – Celebração do Termo de Compromisso de Estágio com plano de atividades e supervisor de formação profissional compatível com a área desenvolvida no curso do estagiário.

CAPÍTULO IV

Do Estabelecimento de Convênios

Art. 12. É requisito obrigatório para a realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, que as instituições e/ou empresas concedentes do estágio possuam convênio vigente firmado com a UFT.

Parágrafo único. As instituições e/ou empresas indicadas devem atender às condições previstas nesta resolução e aos requisitos para a formação acadêmico-profissional definidos no Projeto Pedagógico dos cursos de graduação da UFT.

Art. 13. As instituições e/ou empresas concedentes de estágios intermediados por Agentes de Integração conveniados com a UFT são automaticamente parceiras.

Art. 14. A Coordenação de Convênios do Gabinete da Reitoria é a unidade administrativa responsável pela formalização do processo de convênio.

CAPÍTULO V

Dos Campos de Estágio

Art. 15. São considerados campos de estágio:

I – Pessoas Jurídicas de direito privado;

II – Órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios;

III – Profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

IV – Associações, cooperativas, consórcios, Organizações Não Governamentais, desde que legalmente constituídos;

V – Instituições de ensino ou centros de pesquisa no exterior.

Art. 16. A UFT estabelece o cumprimento dos seguintes critérios por partes das instituições/empresas/profissionais:

I - Cadastro da Unidade Concedente e de seus respectivos supervisores de estágio no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;

II – Planejamento e execução conjunta das atividades de estágios;

III – Existência de infraestrutura material e de recursos humanos para receber o estagiário;

IV – Existência, no quadro de pessoal, de profissional com formação ou experiência na área de conhecimento do curso do estagiário, que atuará como supervisor do mesmo durante o período integral de realização das atividades;

V – Avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos específicos da área de conhecimento trabalhada pelo estagiário no seu curso de graduação;

VI – Aceitação das condições de orientação, acompanhamento e avaliação por parte da UFT, conforme legislação vigente;

VII – Anuência e acatamento às normas disciplinares dos estágios da UFT.

CAPÍTULO VI

Da formalização do estágio

Art. 17. São requisitos obrigatórios para a formalização do estágio curricular obrigatório e não obrigatório:

I - Termo de Compromisso de Estágio (TCE) celebrado entre o estagiário, a parte concedente e a instituição de ensino;

II - Plano de Atividades, pactuado conjuntamente entre o estagiário, o supervisor na unidade concedente e o professor orientador de estágio na UFT.

Art. 18. Quando houver prorrogação da vigência do TCE ou alteração das atividades, da carga horária, do supervisor ou do professor orientador, deverá ser celebrado um Termo Aditivo ao TCE.

§ 1º A prorrogação do estágio somente será consolidada mediante apresentação dos relatórios parciais semestrais e do termo aditivo ao TCE, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 2 (dois) anos de estágio por unidade concedente, nos termos da lei 11.788/2008.

§ 2º Quando se tratar de estagiário portador de deficiência, a duração do estágio na mesma unidade concedente poderá exceder 2 (dois) anos, podendo permanecer até o término do curso.

Art. 19. Os supervisores e estagiários deverão entregar à UFT, em prazo estipulado no Termo de Compromisso e não superior a 6 (seis) meses, relatório avaliativo das atividades realizadas no estágio, de acordo com o plano de atividades pactuado no TCE, conforme modelo próprio fornecido pela UFT e com vista obrigatória do professor orientador e do estagiário.

§ 1º É vedado o acúmulo das funções de professor orientador da UFT e supervisor de estágio da Unidade Concedente, dessa forma, devem ser indicadas pessoas distintas para essas funções no ato de celebração dos Termos de Compromisso de Estágio.

§ 2º Cada supervisor poderá orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, conforme lei 11.788/2008 ou de acordo com as regras e exigências do conselho profissional.

CAPÍTULO VII

Do Aproveitamento nas Disciplinas de Estágio

Art. 20. O discente que estiver em exercício regular de atividade profissional poderá solicitar aproveitamento integral ou parcial do estágio curricular obrigatório, desde que:

I - Esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso, que possua estreita relação com a área de atuação profissional, e que seja respeitado as normativas e legislação que determina a carga horária máxima de aproveitamento da disciplina de estágio;

II – O discente esteja matriculado na disciplina de estágio obrigatório supervisionado concomitantemente à realização da atividade profissional;

III – Obedeça aos critérios previstos na legislação específica da atividade profissional desenvolvida;

IV – Esteja atendida por Políticas, Programa e Projetos estabelecidos a partir de diretrizes e orientações de Notas Técnicas e Instruções Normativas da Universidade Federal do Tocantins.

Parágrafo único. O aproveitamento de atividades profissionais, não dispensará a entrega de relatórios e demais atividades definidas no programa da disciplina curricular de estágio.

Art. 21. O estágio curricular não obrigatório poderá ser aproveitado como estágio obrigatório, desde que:

I- Esteja sendo realizado concomitantemente à matrícula na disciplina de estágio obrigatório;

II – Esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso e obedecendo aos critérios legais e pedagógicos;

§ 1º O aproveitamento das atividades de estágio não obrigatório deverá respeitar as normas estabelecidas nos regulamentos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT e nas demais legislações pertinentes.

§ 2º Atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

§ 3º O colegiado do curso e os professores orientadores de estágio, deverão informar às Centrais de Estágio sobre os alunos que realizaram aproveitamento das disciplinas de estágio obrigatório a cada semestre, para fins de controle administrativo das documentações de estágio.

CAPÍTULO VIII

Das Competências

Art. 22. Compete ao Setor de Convênios:

I – Orientar sobre os procedimentos para estabelecimento de convênios com instituições e/ou empresas concedentes do estágio;

II - Formalizar o processo de convênio com instituições e/ou empresas concedentes do estágio;

III – Atualizar no SAGE os dados dos convênios de estágio vigentes.

Art. 23. Compete à PROGRAD:

I – Construir e disseminar a política de estágios da UFT, de acordo com a legislação vigente dentro e fora da instituição;

II – Normatizar os processos e procedimentos relativos a estágio no âmbito da UFT;

III – Assessorar os envolvidos nos processos de estágios, sobre os procedimentos, normas e legislações de estágio;

IV – Fomentar a integração entre as Centrais de Estágio dos campi da UFT, mantendo a harmonia entre as atribuições administrativas de cada uma;

V - Emitir parecer sobre regulamento de estágio, constantes nos PPCs dos cursos;

VI – Elaborar instrumentos de avaliação da política de estágios e seu impacto na formação dos discentes;

VII – Propor, acompanhar e atuar juntamente ao setor de Tecnologia da Informação na criação e/ou atualização do sistema integrado de gestão de estágios, proporcionando a desburocratização e efetividade no atendimento das demandas de estágios;

VII – Contratar, em favor dos discentes, apólice contra acidentes pessoais, no caso do estágio obrigatório e não obrigatório interno.

Art. 24. Compete à PROGEDEP e aos RHs, conforme a IN nº 213/2019 do Ministério da Economia:

I – Gerir, enquanto Unidade Concedente, os estágios não obrigatórios internos realizados no âmbito da UFT;

II – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, como representante da UFT enquanto Unidade Concedente de Estágios;

III – Gerir editais de seleção de estágio não obrigatório realizados no âmbito da UFT;

IV – Cadastrar, no quadro funcional, estagiários não obrigatórios internos selecionados por meio de edital da UFT;

V - Gerenciar a frequência dos estagiários não obrigatórios internos;

VI – Autorizar e gerir os pagamentos de bolsa, auxílio transporte e qualquer outro benefício pecuniário que venha a fazer parte do contrato de estágio não obrigatório interno;

VII – Certificar, ao término das atividades, os estagiários não obrigatórios internos, mediante apresentação do relatório avaliativo final e termo de realização de estágio pelo supervisor.

Parágrafo único. As unidades setoriais ou projetos vinculados à UFT poderão realizar processos seletivos de estagiários não obrigatórios internos com autonomia, desde que a

PROGEDEP seja previamente consultada para a verificação de disponibilidade orçamentária e compatibilidade com o quadro de pessoal, conforme IN nº 213/2019 do Ministério da Economia.

Art. 25. Compete ao Colegiado de Curso:

I – Indicar prazo para matrícula em disciplina de estágio obrigatório e para a entrega dos documentos exigidos;

II – Referenciar e/ou indicar professores orientadores, das áreas a serem desenvolvidas no estágio, para o acompanhamento e avaliação das atividades dos estagiários obrigatórios e não obrigatórios do curso;

III – Homologar regulamentação específica para os estágios obrigatórios e não obrigatórios do curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE);

IV – Manter indicadores pedagógicos de estágio no respectivo curso atualizados;

V – Disciplinar as atividades referentes ao estágio supervisionado curricular em normativa própria conforme as diretrizes curriculares nacionais do curso.

§ 1º Serão considerados os indicadores quantitativos de oferta, evasão, retenção, aproveitamento e frequência, e, para os indicadores qualitativos serão consideradas as avaliações dos supervisores e orientadores, assim como o mapeamento das unidades concedentes de campo de estágio do curso.

§ 2º O colegiado poderá contar com uma comissão de docentes para auxiliar nas atividades supracitadas.

Art. 26. Compete aos professores orientadores de estágio:

I - Decidir sobre a viabilidade estrutural e técnica para a realização dos estágios nas unidades concedentes, de forma que os estudantes sejam devidamente alocados, conforme a Lei de Estágios e o Projeto Pedagógico do Curso vigente;

II - Articular novos campos de estágio com outras organizações para os discentes do curso realizarem o estágio curricular obrigatório e não obrigatório;

III - Orientar os discentes e supervisores quanto ao preenchimento do TCE e do plano de atividades de estágio, bem como sobre a elaboração dos relatórios avaliativos parciais e/ou finais;

IV - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, enquanto docente indicado pela coordenação do curso para orientar o estágio e encaminhar à Divisão de Estágio do campus;

V - Avaliar as atividades previstas nos planos de atividades de estágio, de forma a garantir a compatibilidade com a formação do aluno e o cumprimento da lei de estágio;

VI - Realizar visitas aos locais de estágio para verificação das atividades efetivamente desempenhadas pelo estagiário;

VII - Estabelecer, frequentemente, contato com a Divisão de Estágios do respectivo campus, informando sobre a situação dos campos de estágio e sua adequação;

VIII - Orientar os discentes no âmbito das atividades práticas propostas no estágio obrigatório e não obrigatório;

IX - Informar à Divisão de Estágios do campus quando do encerramento das atividades de estágio, providenciando a entrega dos relatórios avaliativos parciais/finais e do termo de realização do estágio, preenchidos pelo supervisor e pelo estagiário.

Art. 27. Compete às Divisões de Estágio dos campi:

I - Coordenar a execução da política de estágios no âmbito dos campi, tendo como base a legislação em vigor e os documentos institucionais que a normatizam;

II – Orientar e divulgar sobre os procedimentos, rotinas e padrões documentais relativos aos estágios obrigatórios e não obrigatórios da UFT;

III – Manter indicadores sobre estágio atualizados, no âmbito do campus e seus respectivos cursos de graduação;

IV – Manter contato com os colegiados a fim de articular ações de acompanhamento e avaliação dos estágios junto aos cursos;

V – Intermediar o contato entre os colegiados e a PROGRAD nos assuntos relacionados aos estágios;

VI – Assessorar os colegiados dos cursos e as unidades concedentes, exclusivamente em questões relacionadas aos estágios;

VII – Articular com outras organizações, contanto com apoio dos colegiados, novos campos de estágio para os discentes;

VIII – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, como representante da UFT enquanto Instituição de Ensino, no caso do estágio obrigatório e não obrigatório.

Art. 28. Compete às Unidades Concedentes de Estágio:

I – Firmar convênio com a UFT para a realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório com alunos da instituição;

II - Realizar cadastro no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;

III – Assinar Termo de Compromisso de Estágio (TCE) para formalização dos estágios;

IV - Conceder bolsa estágio e auxílio transporte ou outra contraprestação, conforme lei 11.788/2008, para os estágios não obrigatórios;

V - Disponibilizar funcionário pertencente ao quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do aluno, para supervisionar as atividades de estágio;

VI - Contratar, em favor dos discentes, apólice contra acidentes pessoais, no caso do estágio não obrigatório;

VII - Zelar pela saúde física e mental do estagiário dentro da Unidade Concedente e durante a realização das atividades de estágio;

VIII - Apresentar ao estagiário as normas e procedimentos estabelecidos na Unidade Concedente;

IX - Ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento das atividades de estágio;

X - Cobrar junto aos supervisores de estágio, o envio à Instituição de Ensino dos relatórios avaliativos, em prazo não superior a 6 (seis) meses, com vista obrigatória do estagiário;

XI – Configurar a Universidade Federal do Tocantins como unidade concedente quando os estagiários realizarem suas atividades nas unidades administrativas e pedagógicas da instituição que podem ser compreendidas como setores de estágio.

Art. 29. Compete aos supervisores de estágio nas unidades concedentes:

I - Realizar cadastro no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;

II – Propor, conjuntamente com o professor orientador, plano de atividades compatível com a área de formação do estagiário;

III – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, enquanto supervisor na Unidade Concedente;

IV – Atuar diretamente no acompanhamento, supervisão e controle das atividades incumbidas ao discente durante o estágio;

V – Controlar a frequência, recesso e o cronograma de desempenho das atividades de estágio;

VI - Avaliar o desempenho do discente, no cumprimento das atividades propostas no plano de atividades de estágio;

VII - Enviar à Instituição de Ensino, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatórios avaliativos parciais/finais das atividades, com vista obrigatória do estagiário e do professor orientador;

VIII – Informar à Instituição de Ensino, com antecedência, em caso de desligamento de estagiário;

IX - Preencher e enviar à Divisão de Estágios, o relatório avaliativo final e o termo de realização do estágio, com vista obrigatória do estagiário e do professor orientador.

Art. 30. Compete ao Estagiário:

I - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio e o Plano de Atividades;

II - Cumprir o Termo de Compromisso de Estágio e o Plano e Atividades, observando horários, prazos e cronogramas;

III - Seguir normas e procedimentos instituídos pela Unidade Concedente do Estágio e pela UFT;

V – Preencher e assinar a folha de frequência de estágio;

VI – Enviar à Divisão de Estágios, em prazo não superior a 6 (seis) meses, os relatórios avaliativos das atividades de estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente vistos pelo supervisor da Unidade Concedente e pelo Professor Orientador da UFT;

VII - Informar, com antecedência, em caso de desligamento de estágio antecipado;

VIII - Informar à Instituição de Ensino qualquer irregularidade ocorrida durante a realização do estágio.

CAPÍTULO IX
Das Disposições Gerais

Art. 31. A carga horária do estágio será no máximo de 6 (seis) horas diárias e de 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no Projeto Pedagógico de cada curso e da Instituição de Ensino.

§ 2º Nos períodos de avaliações acadêmicas, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso e na lei de estágio, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 32. As questões omissas serão tratadas pela PROGRAD, com apoio das Centrais de Estágio, da PROGEDEP e dos colegiados dos cursos, conforme a modalidade de estágio e as competências definidas.

Art. 33. Os documentos e formulários citados nesta resolução serão elaborados e atualizados pela PROGRAD e disponibilizados no Portal da Universidade.

Art. 34. Esta resolução se baseia na Lei 11.788/2008 e na Instrução Normativa nº 213/2019 do Ministério da Economia, e será atualizada conforme novas normativas.

Art. 35. Todos os dispositivos desta resolução serão executados conforme fluxos, orientações, normas e documentos padrões definidos pela PROGRAD, juntamente com as demais unidades setoriais que operacionalizam os estágios na Universidade.

Art. 36. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palmas/TO, 11 de agosto de 2021.

REGIMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Colegiado do Curso História, Campus de Porto Nacional - UFT, em conformidade com as normas e regimentos da UFT referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso, vem publicar o regimento de Trabalho de Conclusão de Curso, com diretrizes para a orientação, entrega, apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura História e outras providências:

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O presente Regimento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins – UFT, do Campus Universitário de Porto Nacional, requisito indispensável à integralização curricular.

Art. 2º – O TCC, atividade curricular integrante do currículo do Curso de Licenciatura em História, de caráter obrigatório nas disciplinas Seminário de Pesquisa I e II (e/ou suas equivalentes futuras) tem por objetivo proporcionar ao estudante experiência em pesquisa necessária ao bom desempenho profissional.

Art. 3º – O TCC será elaborado individualmente, sobre problemas de natureza histórica e/ou ensino de história, tendo por princípio a sua relevância social e científica.

Parágrafo Único – Serão aceitas como modalidades de TCC Monografias ou Artigos científicos, seguindo as normas da ABNT para trabalhos acadêmicos e as normas para formatação do texto conforme Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 4º – Só poderá matricular-se na disciplina Seminário de Pesquisa I o(a) aluno(a) concluinte, ou seja, aquele(a) que tiver concluído todos os pré-requisitos obrigatórios.

II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º – As disciplinas de Seminário de Pesquisa compreenderão as atividades de orientação, acompanhamento e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso com o envolvimento do professor orientador e do professor coordenador da disciplina.

Parágrafo Único: A responsabilidade do(a) professor(a) das disciplinas de Seminário de Pesquisa limita-se a fornecer orientações gerais sobre normas e regimentos do TCC, agendar e organizar seminários de apresentação de TCC e a auxiliar o(a) aluno(a) concluinte a dirimir eventuais dificuldades em encontrar orientação para a sua pesquisa.

III - DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Art. 6º – À Coordenação do Curso de História compete:

- I. Orientar os(as) acadêmicos(as) quanto ao encaminhamento à Biblioteca Central de cópias dos TCC aprovados, segundo as suas normas;
- II. Manter banco de dados atualizado dos TCC aprovados, bem como, informações sobre linhas de atuação e de orientação dos(as) professores(as) do colegiado;

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

- III. Colaborar, sempre que necessário, com o(a) professor(a) orientador(a), acerca dos contatos com instituições públicas, privadas e do terceiro setor a fim de viabilizar o acesso ao material bibliográfico/documental para a pesquisa, durante a elaboração do TCC.

IV - DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PROFESSOR(A) COORDENADOR DA DISCIPLINA DE SEMINÁRIO DE PESQUISA II

Art. 7º – Ao(a) Professor(a) Coordenador(a) da disciplina Seminário de Pesquisa compete:

- I. Cumprir e fazer cumprir, no que lhe compete, este Regimento;
- II. Divulgar as disposições deste regimento e das normas que o completam esclarecendo aos (às) professores(as) orientadores(as) e aos(as) discentes sob a sua forma de execução;
- III. Acompanhar o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso, mantendo registro de todas as informações necessárias e comprobatórias do atendimento a este regimento;
- IV. Sugerir professores orientadores no caso em que o discente enfrentar dificuldades de encontrar orientador;
- V. Estabelecer a metodologia e formatos dos TCC e regras especiais que se façam necessárias, inclusive para apresentações;
- VI. Coordenar atividades vinculadas às questões metodológicas inerentes a este regimento, colaborando com os(as) Professores(as) Orientadores(as) e Discentes;
- VII. Aprovar os modelos de formulários utilizados para as avaliações dos TCCs;
- VIII. Sugerir temas para constituírem TCC, que possam contribuir para a melhoria do ensino de História, no contexto regional ou global, atendendo à problemática relacionada ao Curso de Licenciatura em História e da UFT.

Art. 8º – Para orientação do TCC será cadastrado pelo Colegiado do Curso de História, a pedido do discente, um(a) professor(a) orientador(a) da UFT, com titulação mínima de mestre, cuja área de conhecimento esteja relacionada ao tema escolhido pelo discente.

Art. 9º - O(a) professor(a) de 40 horas (DE) ou 40 horas semanais poderá orientar até, no máximo, 4 (quatro) trabalhos por semestre.

Art. 10º – O(a) Professor(a) de 20 (vinte) horas semanais poderá orientar até 2 (dois) trabalhos por semestre.

Parágrafo Único – Fica a critério do(a) professor(a) orientar mais trabalhos por semestre dos que os estabelecidos neste edital, caso tenha disponibilidade.

Art. 11 – Cada professor(a) orientador(a) deverá ter autonomia para estabelecer parâmetros relevantes para aquilo a que se propõe desde que esteja de acordo com o mínimo necessário ao desenvolvimento da pesquisa e com o que determina este regimento.

V - DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A) DO TCC

Art. 12 – Ao(a) Professor(a) Orientador(a) compete:

- I. Observar as normas que orientam o TCC;
- II. Colaborar com o(s) discente(s) na escolha e definição do tema do TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de seus(as) orientandos(as);

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

- IV. Orientar e avaliar o(a)(s) discente(s) em todas as fases do processo de elaboração do projeto, execução da pesquisa e apresentação do TCC;
- V. Informar o(a) Professor(a) Coordenador(a) da disciplina Seminário de Pesquisa, através de relatório semestral, em formulário próprio (ANEXO II), a respeito do desempenho do(a)(s) Discente(s) sob sua orientação;
- VI. Cumprir prazos de correção e devolução do material aos(às) discentes, conforme prazos estabelecidos pelo(a) professor(a) orientador(a) junto ao(à) discente;
- VII. Informar através de Termo de frequência (Anexo III) se o aluno se encontra apto para a defesa ou reprovado por frequência no TCC;
- VIII. Agendar as apresentações dos TCCs e encaminhar as informações à Coordenação do curso de História, para que sejam divulgadas e providenciados locais, materiais e equipamentos necessários; O agendamento deverá ser feito por e-mail (historiacpn@uft.edu.br), no mínimo com 07 dias de antecedência, no qual deverão constar nome do(a) aluno(a), título do trabalho, os(a) professores(a) **componentes da Banca Examinadora, o dia, horário e local da defesa, podendo esta ser realizada de forma presencial ou virtual.**

Art. 13 – Os(as) Professores(as) Orientadores(as) serão, obrigatoriamente, do quadro docente da UFT.

Parágrafo Primeiro – Cada aluno(a) deverá escolher o(a) orientador(a) do seu trabalho de acordo com a área de interesse da pesquisa e a disponibilidade do orientador.

Parágrafo Segundo – O Colegiado do Curso permitirá, desde que de acordo com o(a) Professor(a) Orientador(a), a coorientação por Docentes da UFT ou de outras Instituições de Ensino Superior, desde que não incorra em ônus para a UFT.

Art. 14 - Para definir o(a) professor(a) orientador(a), o(a) aluno(a) deverá, para esse efeito, realizar convite formal através de requerimento de orientação de TCC e Termo de Aceite do(a) orientador(a) (ANEXO I) **preferencialmente até o 4º semestre do curso e obrigatoriamente até o início do 7º semestre do curso.**

Parágrafo Único: O(a) aluno(a) só poderá cursar as disciplinas de Seminário de Pesquisa (e/ou suas equivalentes) mediante apresentação do termo de aceite de orientação do(a) professor(a) orientador(a).

Art. 15 – O(a) Professor(a) Orientador(a) poderá solicitar seu afastamento da orientação, desde que os motivos sejam devidamente fundamentados.

Parágrafo Único: Para tanto, deverá comunicar de forma escrita (ANEXO V), ao(à) Professor(a) da disciplina Seminário de Pesquisa II e ao(à) aluno(a) por ele(a) orientado(a), para que estes apresentem o nome de um(a) novo(a) orientador(a).

Art. 16 – O(a) aluno(a) poderá solicitar, por iniciativa própria, ao(à) Professor(a) Coordenador(a) da disciplina Seminário de Pesquisa II, substituição de orientação, desde que justifique suas razões por escrito e indique novo(a) orientador(a) (ANEXO III).

Parágrafo Primeiro: As mudanças de Orientador(a) deverão ser comunicadas, posteriormente, à Coordenação do curso de História.

Parágrafo Segundo: É vedada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso no mesmo semestre em que ocorrer a troca de Orientador(a) quando esta se der por iniciativa do(a) Aluno(a).

VI - DOS DEVERES E DIREITOS DOS ORIENTANDOS

Art. 17 – Além dos previstos nas normas internas da UFT e nas leis pertinentes, são **direitos** dos orientandos(as), matriculados na disciplina de TCC Seminário de Pesquisa II:

- I. Dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas e técnicas da Universidade;
- II. Ser orientado por um(a) professor(a) na realização do seu TCC;
- III. Ser previamente informado sobre o prazo para entrega do TCC;
- IV. Ser previamente informado sobre local e data do Seminário de apresentação do TCC.

Art. 18 – Além dos previstos nas normas internas da Universidade e nas leis pertinentes, são **deveres** do orientando, matriculado na disciplina de TCC Seminário de Pesquisa II (e/ou sua equivalente):

- I. Cumprir este regimento;
- II. Apresentar ao Colegiado do Curso de História o trabalho monográfico, bem como a realização da apresentação pública nos prazos determinados;
- III. Cumprir os horários e cronograma de atividades estabelecido pelo(a) professor(a) da disciplina Seminário de Pesquisa II e pelo(a) professor(a) orientador(a);
- IV. Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem.

Parágrafo Único: A elaboração do TCC é de total responsabilidade do(a) aluno(a), não incorrendo qualquer responsabilidade sobre o(a) professor(a) orientador(a).

VII – DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 19 - Todos(as) os(as) acadêmicos(as) matriculados(as) em Seminário de Pesquisa II deverão apresentar o TCC para obter aprovação.

Art. 20 - Com antecedência mínima de 20 dias para encerramento do prazo de defesa do TCC, ocorrerão, na disciplina TCC II (e/ou sua equivalente), os Seminários de Pesquisa, nos quais os(as) discentes deverão apresentar a pesquisa concluída ou em vias de conclusão.

Art. 21 - A defesa pública dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) deverá ser realizada **até o décimo dia que antecede o encerramento do corrente semestre letivo**, durante o período matutino (das 08h às 12h), vespertino (das 14h às 18h) ou noturno (das 19h às 21h).

Art. 22 - A defesa poderá ser agendada a qualquer tempo dentro do semestre letivo, desde que respeitado o prazo MÍNIMO de 07 dias antes da data escolhida para sua realização. Para agendamento da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, o(a) aluno(a) deverá entregar na coordenação do Curso de História o arquivo digital do trabalho concluído com aval do(a) orientador(a).

Parágrafo Único – Somente poderão agendar a defesa do TCC, os(as) discentes que tenham entregue ao(a) professor(a) de Seminário de Pesquisa II o requerimento de orientação, o termo de frequência e o relatório de orientação.

Art. 23 - Após a defesa e a aprovação do trabalho de conclusão de curso (TCC), o(a) acadêmico(a) terá até 15 (quinze) dias após o prazo final das defesas, conforme Art. 21º deste regimento, para entregar a versão final do Trabalho, devidamente corrigido conforme orientações da Banca. **A confirmação da nota do(a) acadêmico(a) será feita após a defesa. A entrega da ata de defesa e o lançamento em diário**

COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

somente serão efetuados mediante a entrega do exemplar corrigido na coordenação, com aval do(a) professor(a) orientador(a).

Art. 24 – O depósito do TCC deverá ser feito sob a forma digital conforme orientações da Biblioteca.

VIII - DA AVALIAÇÃO

Art. 25 – A avaliação do TCC será feita por uma Comissão de Avaliação formada pelo(a) professor(a) orientador(a) e por 2 dois(as) professores(as) indicados(as) pelo(a) professor(a) orientador(a), com a ciência do(a) orientando(a).

Parágrafo Primeiro: Recomenda-se que a Banca Examinadora seja composta por professores(as) que tenham produção e experiência na área de pesquisa compatível com a temática do TCC.

Parágrafo Segundo: É limitada a participação do(a) mesmo(a) professor(a) em até 2 bancas por semestre, exceto em caso de recusa de algum(a) professor(a). Nesses casos, o(a) mesmo(a) deverá indicar os(as) possíveis substitutos(as), não precisando se ater ao estabelecido neste parágrafo.

Art. 26 – A avaliação do TCC levará em consideração os seguintes aspectos:

- I. Coerência entre a problematização, os objetivos e a argumentação;
- II. Capacidade do(a) aluno(a) em verbalizar seus resultados de pesquisa;
- III. Apresentação de normalização do trabalho nos padrões do manual de trabalhos acadêmicos da UFT e respeito aos direitos autorais;
- IV. Relevância da proposta e coerência histórica no trato da questão;
- V. Originalidade.

Art. 27 - A nota mínima para aprovação no TCC é 7.

Parágrafo Único: Ao TCC não caberá exame final. O(a) aluno(a) que não atingir a nota mínima exigida estará reprovado.

Art. 28 - O(a) orientador(a) poderá solicitar nova defesa para adequação do TCC, caso a banca permita.

Parágrafo Primeiro: Em caso de nova defesa, deverão ser respeitados os prazos estabelecidos no Art. 23º. Na impossibilidade de serem respeitados tais prazos, o(a) aluno(a) será reprovado(a).

Parágrafo Segundo: Deverá ser mantida a composição original da banca. Na recusa de algum(a) membro(a) desta, o(a) mesmo(a) deverá indicar um(a) substituto(a).

IX – DOS TEMAS DE ORIENTAÇÃO

Art. 29 - Os temas de orientação aceitos pelos(as) professores(as) do curso de Licenciatura em História, Porto Nacional, estão disponíveis em tabela na página do Curso de História dentro do site da UFT, que também poderá ser solicitada à Coordenação do Curso de História.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Parágrafo Primeiro: Cabe única e exclusivamente ao(a) professor(a) orientador(a) decidir se aceita o convite do(a) aluno(a) para orientação, mesmo que dentro dos seus temas de interesse/pesquisa/orientação.

Parágrafo Segundo: É facultado ao(a) aluno(a), conforme Art. 13º deste regimento, solicitar a orientação de quaisquer professores(as) do quadro efetivo da UFT.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História, ouvidos(as) o(a) professor(a) coordenador(a) da disciplina Seminário de Pesquisa, o(a) professor(a) orientador(a) e o(a) orientando(a).

Art. 31 – Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 32 - Todos os casos que não constam neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do curso de História.

Porto Nacional/TO, agosto de 2022.

Êça Pereira da Silva
Coordenadora do Curso de História



CAMPUS DE PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
ANEXO I

REQUERIMENTO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Eu, _____,
aluna(o) regularmente matriculado(a) no ____ período do Curso de História, de acordo com os
critérios fixados em Edital, venho requerer minha inscrição à orientação para o Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC), na subárea/disciplina e/ou linha de pesquisa/área de atuação
_____, sob orientação do(a)
professor(a) _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

Fone para contato: _____

E-mail: _____

Porto Nacional, ____ de ____ de ____.

TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____,
Professor(a) do curso de História, campus universitário de Porto Nacional, da UFT, conforme
diretrizes fixadas em Edital, aceito orientar trabalho de conclusão de curso do(a) aluno(a)
_____, na subárea/disciplina
e/ou linha de pesquisa/área de atuação
_____.

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

Porto Nacional, ____ de ____ de ____.

COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

ANEXO II

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCC

Ao(À) Professor(a)
Coordenador(a) do TCC

Relatório de atividades do TCC do (a) aluno (a)

_____,
referente ao mês _____ semestre de _____.

DESEMPENHO:

Ciente,

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

Assinatura do(a) professor(a) coordenador(a) de TCC

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

CAMPUS DE PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
ANEXO III

TERMO DE FREQUÊNCIA DO ORIENTANDO

Ao
Professor responsável pela disciplina TCC

O (A) aluno (a) _____,
regularmente matriculado(a) no 8º período do Curso de História, sob Orientação do
Professor(a) _____, apresentou
aproveitamento de _____% de frequência em atividades de orientação definidas segundo
calendário definidos em Edital. Encontra-se, portanto _____ a defender o TCC, em
conformidade com Edital e Regimento do TCC do Curso de História.

Frequência nos encontros	Porcentagem de frequência	Avaliação
7 (sete)	100%	Apto à defesa
Entre 6 (seis) e 4 (quatro)	75%	Apto à defesa
Entre 3 (três) e 1 (um)	≤50%	Reprovação em frequência

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

Porto Nacional, ____ de _____ de _____.

ANEXO IV

TERMO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTADOR

À Coordenação do TCC

Ref.: DESLIGAMENTO de Orientador

Eu, aluno (a) _____,

Informo que a partir desta data desvinculo-me da orientação do Professor (a)

_____, pelo

motivo exposto abaixo:

Assinatura do(a) aluno(a)

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

Ciente, de acordo,

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

Porto Nacional, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) professor(a) coordenador(a) de TCC

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

ANEXO V

TERMO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTANDO

À Coordenação do TCC

Ref.: DESLIGAMENTO de Orientando

Eu, Professor (a) _____,

Informo que a partir desta data desvinculo-me da orientação do aluno (a)

_____, pelo

motivo exposto abaixo:

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

Ciente, de acordo,

Assinatura do(a) aluno(a)

Porto Nacional, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) professor(a) coordenador(a) de TCC

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

Apêndice IV – Nota Técnica do Núcleo Docente Estruturante

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. NS 15 ALC NO 14 – Bloco II – Sala 25 | 77020-210 | Palmas/TO
(63) 3229-4616 | www.uft.edu.br/prograd | prograd@uft.edu.br



NOTA TÉCNICA NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

A Pró-Reitora de Graduação, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior nº 1/2015 que Estabelece os procedimentos para o cumprimento da Instrução

Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação;

CONSIDERANDO a Nota Técnica do DAES/INEP nº 008 de 04 de março de 2015 que realiza revisão do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior – SINAES;

CONSIDERANDO os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins,

Emite a presente Nota Técnica com objetivo de uniformizar o entendimento as atribuições dos

Núcleos Docente Estruturante dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento versa sobre as atribuições, a constituição e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia – da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso.

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturações referentes ao projeto pedagógico de curso;
- II – Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;
- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;
- IV- Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;

VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso,

IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

I – Por, no mínimo, 5 membros, pertencentes ao colegiado enquanto docentes, incluído o coordenador do curso;

II – Por, ao menos, 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu*,

III – Por, ao menos, 20% de membros com dedicação exclusiva ou integral à docência no curso.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes deverá ser apresentada, avaliada e aprovada pelo corpo docente do curso.

Art. 6º. A composição do NDE deve ter renovação periódica parcial de seus membros, para garantir a continuidade no processo de desenvolvimento e acompanhamento do curso.

Art. 7º. O mandato dos membros do NDE será de 3 (três) anos, sendo prorrogável por igual período.

I - O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD.

DA NOMEAÇÃO

Art. 8º. A nomeação dos membros deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso, mediante pedido de publicação de portaria à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 9º. O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será determinado pelo colegiado do curso, a ele competindo:

- I – Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;
- II – Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas;
- III – Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;
- II – Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;
- III – Solicitar que sejam redigidas atas de todas as reuniões, por um representante do corpo docente ou do corpo administrativo;
- IV – Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso,
- V – Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso.

DAS REUNIÕES

Art. 10. A convocação dos membros, pelo presidente, será feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do início da reunião e com informação da pauta, salvo circunstâncias de urgência.

Art. 11. Quanto à periodicidade:

- I - As reuniões regulares deverão se realizar com o intervalo máximo de 2 meses.
- II - As reuniões extraordinárias podem ser realizadas a qualquer momento de acordo com a urgência e necessidade.

Art. 13. A reunião do NDE deve contar com a presença mínima de metade mais um dos membros para fins de votação.

Art. 14. A ausência em 3 (três) reuniões, sem justificativa, implica em exclusão do membro das atividades do NDE.

DAS DECISÕES E VOTAÇÕES

Art. 15. As decisões, realizadas em reunião, relativas ao encaminhamento das recomendações ao colegiado, serão tomadas por meio de votação, de acordo com o número de presentes.

Art. 16. A votação é, impreterivelmente, aberta.

Art. 17. Os membros não devem votar ou deliberar em assuntos de interesse pessoal. Art. 18. Para que a votação seja legítima, deve ocorrer com a presença de, ao menos, metade dos membros.

DAS ATAS

Art. 20. Todas as reuniões, sem exceções, devem ser documentadas em atas, as quais devem ficar a disposição do Colegiado do curso e dos órgãos institucionais superiores.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso ou pelo órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Rua 03, Quadra 17, Lote 11, s/nº, Setor Jardim dos Ipês | CEP
77500-000 | Porto Nacional/TO
(63) 3363-9405 | uft.edu.br/historiaportonacional
historiacpn@uft.edu.br



CERTIDÃO

Certifico que durante a 8ª Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de História, realizada no dia 23 de agosto, foi aprovada a reorganização da carga horária dos componentes curriculares Seminários de Pesquisa I e II, Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) e atualização da ementa do componente ACE III Projetos de Tecnologias em História.

Porto Nacional, 25 de agosto de 2022.

ÊÇA PEREIRA DA SILVA
Coordenadora do curso de História



Documento assinado eletronicamente por **Êça Pereira da Silva, Coordenador**, em 25/08/2022, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0046535** e o código CRC **8C17DC48**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23101.005092/2022-03

SEI nº 0046535

Criado por [elzapereira](#), versão 2 por [elzapereira](#) em 25/08/2022 18:13:31.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DIRETOR - CONDIR
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL

Bloco Administrativo | Porto Nacional/TO
(63) 3363 9402 | condirportonacional@uft.edu.br



CERTIDÃO CONDIR

CERTIDÃO

Certifica-se que a Presidente do Conselho Diretor do Câmpus de Porto Nacional, no uso de suas atribuições legais e regimentais, atendendo solicitação da Coordenação da necessidade de agilizar os trâmites institucionais, aprova, *ad referendum*, nesta data, com base no parecer constante nos autos, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História.

Porto Nacional, 23 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Etienne Fabbrin Pires Oliveira, Presidente**, em 23/09/2022, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055208** e o código CRC **05BD271F**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23101.008860/2022-72

SEI nº 0055208

Criado por [eleidebelem](#), versão 2 por [eleidebelem](#) em 23/09/2022 14:20:49.